



INTEGRAR

RELATÓRIO DO GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO

*Seleção de objeto de controle segundo
metodologia do Projeto Integrar*



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

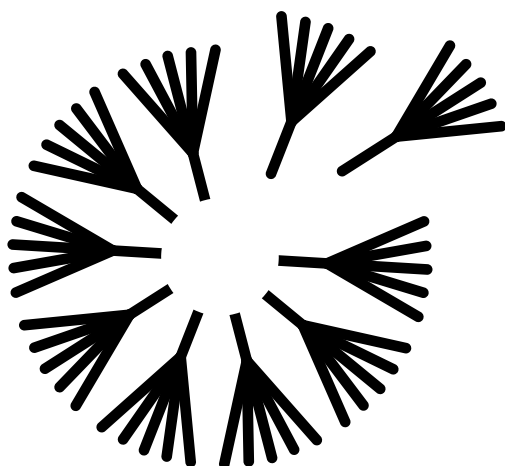
Ministra Ana Arraes, **Presidente**
Ministro Bruno Dantas, **Vice-presidente**
Ministro Walton Alencar Rodrigues
Ministro Benjamin Zymler
Ministro Augusto Nardes
Ministro Aroldo Cedraz
Ministro Raimundo Carreiro
Ministro Vital do Rêgo
Ministro Jorge Oliveira

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Ministro Augusto Sherman
Ministro Marcos Bemquerer
Ministro André Luis de Carvalho
Ministro Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva, **Procuradora-Geral**
Lucas Rocha Furtado, **Subprocurador-Geral**
Paulo Soares Bugarin, **Subprocuradora-Geral**
Marinus Eduardo de Vries Marsico, **Procurador**
Júlio Marcelo de Oliveira, **Procurador**
Sergio Ricardo Costa Caribé, **Procurador**
Rodrigo Medeiros de Lima, **Procurador**



INTEGRAR

RELATÓRIO DO GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO

*Seleção de objeto de controle segundo
metodologia do Projeto Integrar*

Brasília 2022



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

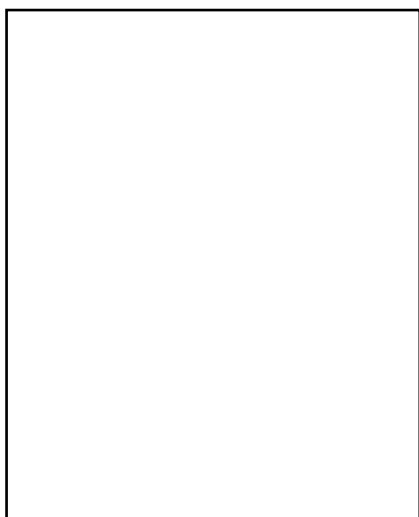
© Copyright 2022, Tribunal de Contas da União

<http://www.tcu.gov.br>

SAFS, Quadra 4, Lote 01

CEP 70042-900 – Brasília/DF

É permitida a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Projeto Integrar	5
1.2. Rede Integrar	6
1.3. Objetivo e produtos esperados	6
2. PROCESSO DE TRABALHO	7
2.1. Participantes do grupo temático de educação	7
2.2. Reuniões	7
2.3. Atividades	7
3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E DETALHAMENTO POR MEIO DOS INDICADORES IDEALIZADOS NA METODOLOGIA	8
3.1. Metodologia de investigação para fins de definição de objetos de controle	8
3.2. Indicadores de primeiro nível e seleção do objeto	10
3.3. Indicadores de segundo nível e resultados obtidos	13
3.4. Indicadores de contexto e seus resultados	15
4. OBTENÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES	19
4.1. Dados para criação dos indicadores	19
4.2. Principais premissas quanto ao uso de indicadores educacionais na metodologia	19
4.3. Painel de indicadores	20
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
5.1. Motivação para análise da etapa ensino médio	22
5.2. Análise qualitativa do ensino médio	22
6. PRÓXIMOS PASSOS	40
ANEXOS	42
Anexo I - Relação geral de membros	42
Anexo II - Exemplo de árvore de decisão para acesso e permanência	43
Anexo III - Relação de indicadores de segundo nível relacionados ao "Acesso ao Ensino Médio"	45
Anexo IV - Indicadores de segundo nível associados ao acesso e à proficiência	46
Anexo V - Detalhamento dos níveis de criticidade dos indicadores de segundo nível e contexto	47
Anexo VI - Especificações sobre indicadores de segundo nível - insumo e processo	57
Anexo VII - Municípios com baixos resultados no acesso ao ensino médio	63
REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

1.1. PROJETO INTEGRAR

O Projeto Integrar foi lançado em maio de 2018, em decorrência da celebração de acordo de cooperação entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo como objetivo a produção de estudos voltados ao aperfeiçoamento do controle externo de políticas públicas descentralizadas, de modo a induzir maiores impactos e melhorias na ação governamental. Como resultado, identificaram-se práticas, modelos e instrumentos utilizados para a construção de estratégia coordenada para aprimorar o planejamento dos tribunais de contas brasileiros (TCs) nas etapas de seleção de objetos e ações de controle, conferindo-se maior ênfase aos principais desafios nacionais de governança multinível e riscos que têm afetado os resultados esperados das políticas públicas descentralizadas.

O trabalho resultou no relatório final Projeto Integrar: propostas para o fortalecimento do controle externo de políticas públicas descentralizadas, que contempla três produtos principais: (i) metodologia de seleção de fiscalizações, a partir de um modelo integrado de indicadores para mapear a criticidade associada aos resultados das políticas públicas descentralizadas, aplicável às áreas de educação, saúde, trabalho e emprego, segurança pública e gestão fiscal; (ii) referencial para avaliação da governança multinível em políticas públicas descentralizadas; (iii) recomendações para construção de rede de colaboração entre os TCs brasileiros, com foco no desenvolvimento de ações coordenadas para o controle externo de políticas públicas descentralizadas.

A metodologia para a seleção de objetos e ações de controle em face de políticas públicas descentralizadas que subsidiará o projeto-piloto de fiscalização, cuja fase inicial é descrita neste relatório, foi exemplificada a partir de indicadores de resultados da política pública de educação, orientando-se em três instrumentos sequenciais: (i) análise de modelo lógico, para compreensão da política; (ii) elaboração de

painel de indicadores, para mapeamento da criticidade associada aos resultados da política; e (iii) construção de narrativas, para identificação de riscos.

A área da educação foi selecionada como base para a construção participativa dos referenciais e modelos do projeto e, por esse motivo, tem orientado os estudos e as pesquisas empreendidos para desenvolvimento dos produtos e do planejamento da fiscalização-piloto.

1.2. REDE INTEGRAR

As recomendações para a construção de uma estratégia coordenada de atuação dos TCs deram origem à Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas. A rede é formada pelos TCs signatários do acordo de cooperação técnica firmado em 1º de dezembro de 2020 e aderentes a ele.

A Rede Integrar é um espaço colegiado de natureza colaborativa, que visa a fortalecer a atuação coordenada do controle externo brasileiro. É composta pelo comitê técnico, responsável por sua coordenação; pela secretaria executiva, para apoio administrativo; por grupos de assessoramento, com atribuição de executar ações contínuas, tais como capacitação e planejamento; e por grupos temáticos, destinados a operacionalizar formas de cooperação em políticas públicas descentralizadas específicas, como é o caso do grupo temático de educação.

I.3. OBJETIVO E PRODUTOS ESPERADOS

O grupo temático de educação teve o objetivo de selecionar objeto de controle a partir da metodologia constante no relatório final do Projeto Integrar e, consequentemente, propor ação de controle a ser realizada de forma conjunta pelos TCs.

2. PROCESSO DE TRABALHO

2.1. PARTICIPANTES DO GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO

O grupo temático de educação é composto por representantes do TCE-AC, TCE-BA, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MT, TCE-PB, TCE-PI, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RO, TCE-SC, TCE-SE, TCM-GO, TCM-PA, TCM-RJ, TCM-SP e TCU, conforme Anexo I deste relatório.

2.2. REUNIÕES

O trabalho foi realizado por meio de reuniões virtuais, nas quais foram discutidos aspectos conceituais dos indicadores, disponibilidade em fontes oficiais, carregamento de bancos de dados, utilização de série histórica, definição de níveis de criticidade, escala numérica, estimativa de cálculos populacionais, sistemas para apresentação gráfica e forma de apresentação dos dados.

Foram realizadas 23 reuniões nas seguintes datas:

- » 8, 14, 24 e 29 de junho
- » 1, 7, 15, 20 e 27 de julho
- » 12, 18, 19, 20 e 30 de agosto
- » 14, 15, 22 e 28 de setembro
- » 13, 19 e 22 de outubro
- » 23 de novembro
- » 2 de dezembro

2.3. ATIVIDADES

As principais ações desenvolvidas no grupo temático foram:

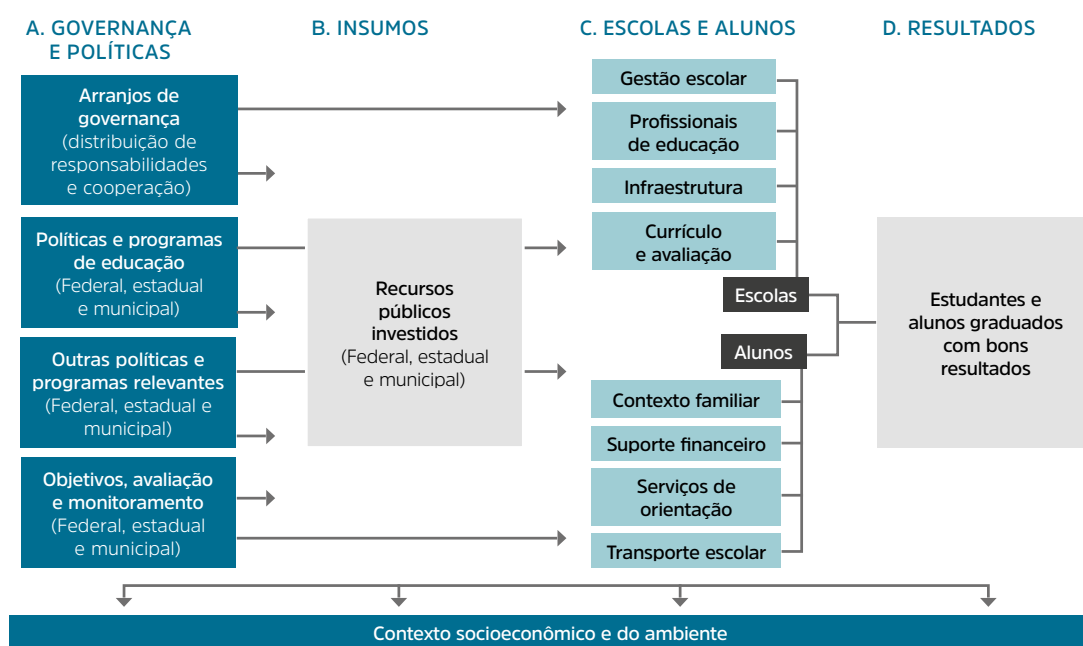
- a. identificação de lacunas ainda existentes na metodologia e que deveriam ser transpostas, para proporcionar seleção de objeto;
- b. definição dos níveis de criticidade dos indicadores de segundo nível e contexto, a partir das informações já constantes na metodologia e de outras que favorecessem a seleção de objeto;
- c. seleção do objeto de controle.

3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E DETALHAMENTO POR MEIO DOS INDICADORES IDEALIZADOS NA METODOLOGIA

3.1. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO PARA FINS DE DEFINIÇÃO DE OBJETOS DE CONTROLE

A metodologia de seleção de fiscalizações de políticas públicas descentralizadas é organizada em torno dos resultados esperados da política educacional (definidos, por opção metodológica, em termos de acesso ou proficiência), analisando-se, para isso, os componentes do modelo conceitual do sistema educacional proposto pela OCDE, seguindo a metodologia do modelo lógico. O modelo lógico, assim, orienta a análise da política educacional e fundamenta a construção do painel de indicadores.

Figura 1 Como funcionam os sistemas educacionais: um modelo conceitual básico



Fonte: Relatório do Projeto Integrar (peça 1).

O painel de indicadores consistirá em painel de informações lançado em plataforma de TI, de acesso compartilhado pelos TCs, contendo, em sua primeira versão, indicadores da educação básica desagregados por etapa de ensino e unidade da Federação – estados, Distrito Federal e/ou municípios.

Para fins de investigação e definição dos objetos de controle, aplicando-se o fluxo metodológico previamente fixado, foram utilizadas ferramentas tecnológicas alternativas, para que os indicadores fossem agrupados de acordo com os respectivos níveis de análise, isto é, indicadores de primeiro nível, indicadores de segundo nível e indicadores de contexto.

No primeiro nível de análise, são realizadas agregações de municípios, para se chegar a uma amostra consistente de resultados indesejáveis. A etapa de ensino e o resultado (acesso ou proficiência) que estão aquém das metas são identificados. No segundo nível de análise, trabalha-se com indicadores dos municípios associados a esses resultados específicos, definidos na primeira etapa. Os indicadores de contexto propiciam análises qualitativas adicionais, em conjunto com as narrativas. Toda essa etapa investigatória resulta em indicativos de problemas nos municípios ou nas regiões, podendo servir de base para definição da realização de fiscalização.

Importante salientar que, no processo de planejamento e/ou execução da fiscalização, os indicadores podem vir a ser novamente verificados com outros indícios e evidências. Nessa etapa, pode ser necessário fazer a separação dos indicadores entre rede escolar estadual e municipal.

Como a Rede Integrar é composta pelo conjunto dos TCs brasileiros, é importante registrar que o relatório final do Projeto Integrar também indica a necessidade de, no processo de planejamento e/ou execução da fiscalização, ser aplicado o modelo de análise do Referencial para Avaliação de Governança Multinível em Políticas Públicas Descentralizadas, dadas as disposições constitucionais acerca das competências individuais das cortes de contas para fiscalizar o objeto selecionado e, ainda, a necessidade de coordenação do processo de fiscalização.

3.2. INDICADORES DE PRIMEIRO NÍVEL E SELEÇÃO DO OBJETO

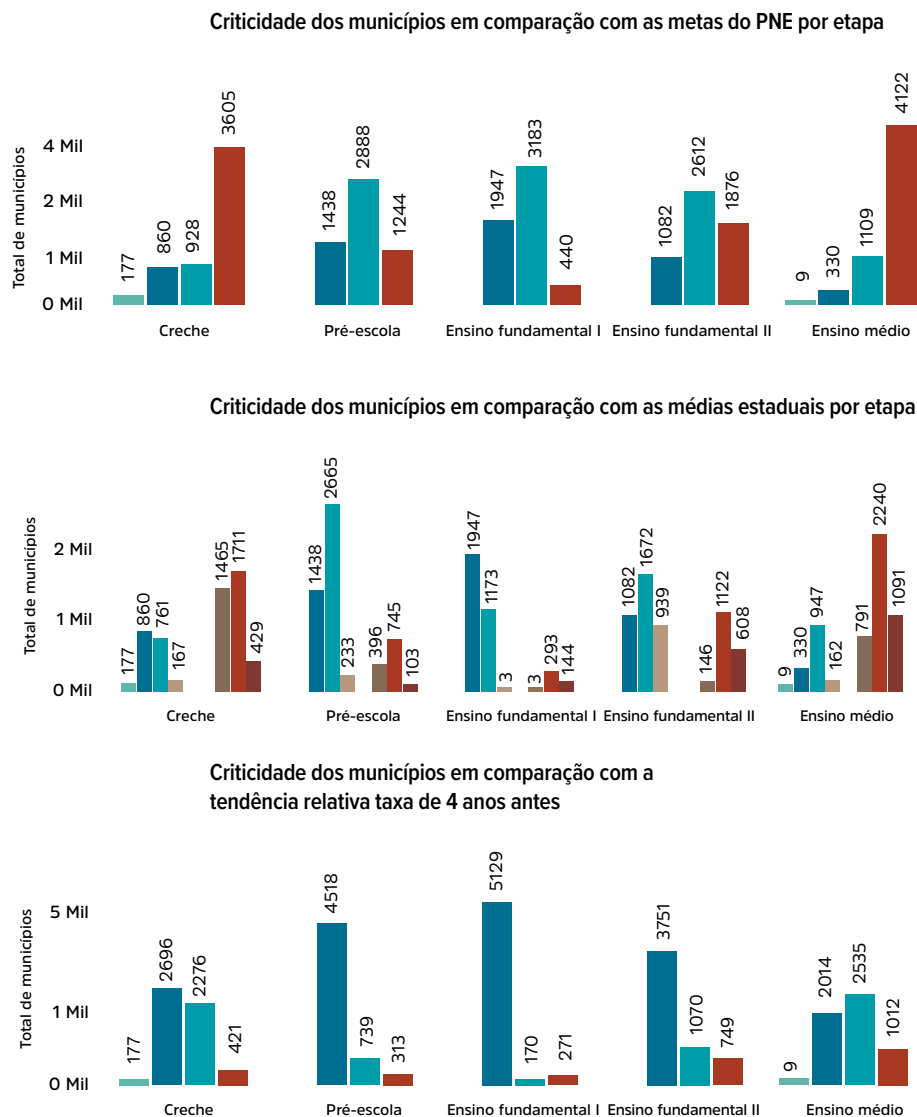
Os indicadores de primeiro nível dizem respeito aos resultados que a política educacional almeja alcançar. Compõem este nível o **indicador de acesso** – taxa líquida de matrícula: percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino regular adequado a essa faixa etária – e o **indicador de proficiência** – resultados dos exames da Prova Brasil, em língua portuguesa e matemática, e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Para ajustar a taxa líquida de matrícula, houve necessidade de desagregação da população por faixa etária específica e em nível municipal. Optou-se pela utilização da metodologia desenvolvida pelo TCE-SC para cálculo da estimativa populacional dos municípios, conforme os grupos de idade para cada etapa de ensino.

Dando sequência aos trabalhos, passou-se à etapa de análise dos indicadores, para identificar as etapas de ensino com baixos resultados e os municípios que exigiriam atenção mais imediata do controle externo. Seguindo a metodologia, para definição dos níveis de criticidade em relação aos indicadores de acesso e proficiência de cada etapa de ensino, os valores seguiram o fluxo decisório que determinava a comparação dos dados mais recentes de cada município com a meta nacional estabelecida no PNE vigente. Em seguida, foi feita uma comparação dos resultados municipais com a média estadual. Finalmente, pôde-se avaliar a evolução e tendência dos resultados dos municípios, conforme modelo de decisão apresentado no Anexo II.

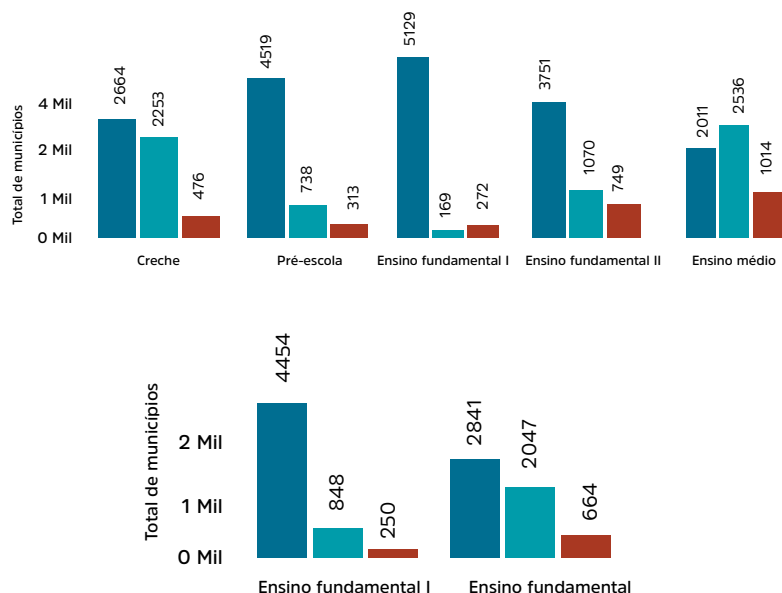
De posse dos indicadores e da regra de decisão, foram rodados os dados e obteve-se, quanto à comparação dos dados municipais com a meta nacional do PNE, o resultado apresentado na Figura 2, contendo a classificação dos resultados por etapa de ensino. Observou-se que o ensino médio apresentou os piores resultados em relação ao acesso.

Figura 2 Indicadores de primeiro nível: Acesso

Fonte: Painel Power BI (disponível no [link](#)).

Por fim, depois de avaliar a tendência de evolução dos resultados dos municípios nos anos antecedentes a essa análise, chegou-se ao resultado apresentado na Figura 3, em relação aos indicadores de acesso e aprendizagem do primeiro nível de análise, propiciando a identificação: (i) dos problemas e das etapas de ensino que careceriam de um tratamento prioritário por parte dos órgãos de controle; e (ii) dos municípios com resultados mais baixos, isto é, onde os problemas estariam situados, de acordo com cada um dos estados da Federação (conforme Anexo VI).

Figura 3 Resultado da aplicação da metodologia para indicadores de primeiro nível



Fonte: Painel Power BI (disponível no [link](#)).

Observa-se que, comparando os resultados obtidos, quanto aos indicadores de acesso e proficiência, há um maior número de municípios (1.014) enquadrados nos níveis mais altos de criticidade, no que diz respeito ao acesso ao ensino médio. Deste modo, o problema nacional do acesso ao ensino médio foi selecionado para prosseguir como item de estudo nas etapas seguintes de análise, tendo em vista que os indicadores o revelaram como possível objeto de controle. A partir dessa escolha, foram detalhados os indicadores do segundo nível de análise, destinado a explorar os fatores que podem estar influenciando o mau desempenho. Os indicadores de segundo nível referentes ao acesso ao ensino médio estão descritos no Anexo III.

Em razão de alterações nos critérios avaliativos do Ministério da Educação (MEC), não existem dados comparáveis para avaliação quanto à tendência de evolução do resultado de proficiência da etapa do ensino médio. Por essa razão, especificamente os dados de proficiência do ensino médio não constaram na Figura 3.

O fato, porém, não trouxe prejuízo à aplicação da metodologia de seleção, tendo em vista que: (i) o problema do acesso ao ensino médio já era preponderante quando da comparação com a média estadual; e (ii) a análise da tendência de evolução tem o objetivo de fazer um refinamento que atenua a criticidade e tende a melhorar o resultado

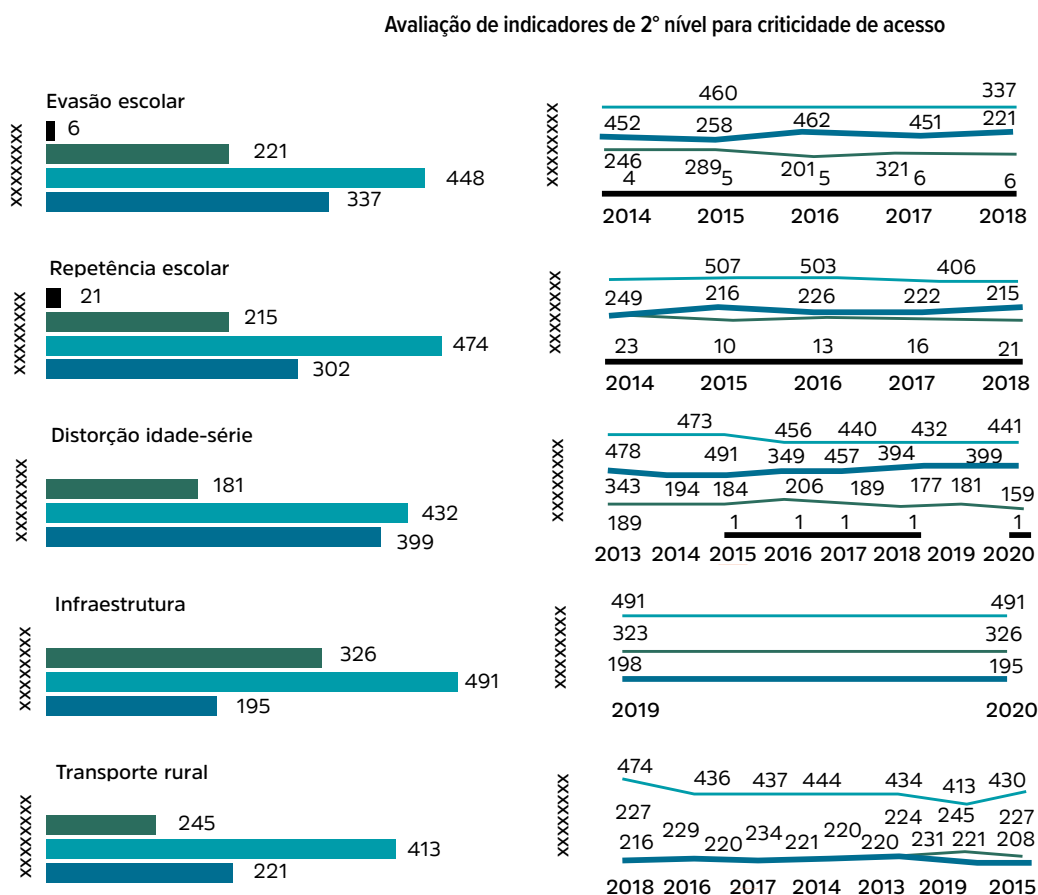
da etapa de ensino, quando e se a comparação com o resultado de anos anteriores revelar que os entes federativos têm atuado para mitigar ou eliminar os problemas educacionais de acesso ou proficiência.

3.3. INDICADORES DE SEGUNDO NÍVEL E RESULTADOS OBTIDOS

Usados após a seleção de municípios no primeiro nível, os indicadores de segundo nível referem-se aos fatores de **insumo e processo** associados aos resultados da política. Eles também podem ser agrupados segundo o resultado de acesso ou proficiência, como mostrado no Anexo IV.

A partir do resultado do primeiro nível, que indicou o acesso ao ensino médio como objeto a ser auditado, foram calculados os indicadores do segundo nível relacionados ao acesso nos municípios detectados como deficientes no passo anterior, como mostrado na Figura 4.

Figura 4 Indicadores de segundo nível para o ensino médio



UF	Município	Evasão	Repetência	Distorção	Infraestrutura	Transporte
41	Abatiá	7,90	5,70	21,40	0,62	74,16
23	Acarape	17,00	3,70	32,10	0,44	39,64
22	Acauã	25,30	1,40	26,10	0,43	89,39
29	Adustina	14,60	24,20	52,20	0,51	66,80
15	Afuá	20,90	7,20	56,40	0,34	94,67
26	Agrestina	9,70	7,50	34,10	0,59	61,09
29	Água Fria	17,30	7,30	63,80	0,40	80,66
52	Água Limpa	9,60	1,90	4,30	0,55	83,33
26	Água Preta	9,20	6,20	30,60	0,51	52,36
35	Aguari	8,60	8,70	21,10	0,62	92,31
42	Águas de Capecó	7,00	3,10	23,70	0,72	85,35
25	Aguiar	8,30	7,70	30,00	0,54	86,50
17	Aguianópolis	6,70	6,70	24,80	0,61	69,63
31	Aimorés	10,40	9,60	16,80	0,67	72,81
29	Aiquara	3,00	12,90	35,40	0,48	61,28
25	Alagoa Nova	10,70	16,80	45,60	0,48	42,48
25	Alagoinha	9,90	14,20	23,90	0,48	68,63
26	Alagoinha	3,40	2,90	36,20	0,51	67,85
35	Alambari	10,20	10,90	14,70	0,61	25,00
25	Alcantil	12,30	8,90	19,30	0,60	66,39
50	Alcinópolis	8,30	9,10	31,40	0,81	89,66
21	Aldeias Altas	3,50	5,10	34,50	0,45	51,32
24	Almino Afonso	13,90	11,30	32,20	0,49	76,85
41	Almirante Tamandaré	12,20	14,80	33,90	0,64	59,26
35	Altair	9,10	0,80	8,10	0,64	66,67
23	Altaneira	17,40	9,20	37,60	0,61	96,51
14	Alto Alegre	9,40	9,70	27,80	0,40	33,79
51	Alto Araguaia	17,00	20,10	39,40	0,64	70,85
51	Alto Boa Vista	11,90	14,80	25,60	0,55	56,50
43	Alto Feliz	6,30	14,30	23,10	0,63	73,84
51	Alto Garças	16,60	25,40	29,40	0,59	30,63
52	Alto Horizonte	4,90	5,50	14,20	0,55	56,73

Fonte: Painel Power BI (disponível no [link](#)).

Nos indicadores relativos à evasão escolar, repetência escolar, distorção idade-série, transporte escolar e infraestrutura, os níveis de criticidade foram definidos a partir da média do indicador entre os municípios do mesmo estado. A partir dessa média, foi estabelecido um desvio-padrão, para estabelecer os limites, dependendo da polaridade dos indicadores.

A partir dos resultados, verifica-se que os indicadores de evasão escolar, repetência e distorção idade-série são os que concentram o maior número de municípios enquadrados, inicialmente, no nível mais desfavorável, quando considerados os indicadores de acesso.

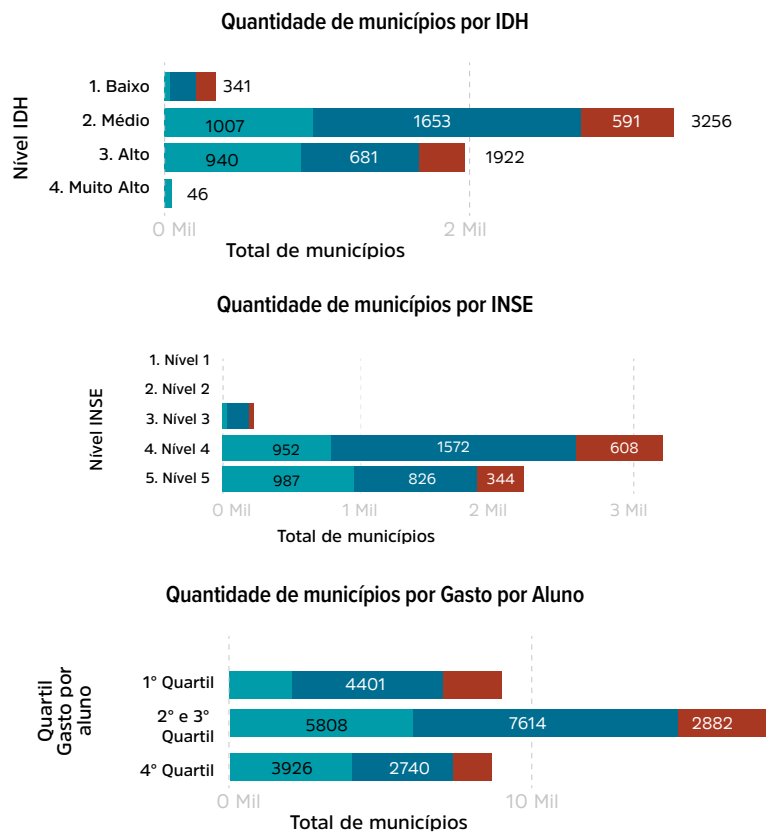
3.4. INDICADORES DE CONTEXTO E SEUS RESULTADOS

Definidos os resultados dos indicadores de segundo nível, foram analisados os seguintes indicadores de contexto, apontados pela metodologia, a partir dos dados disponíveis em maior amplitude: (i) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), (ii) Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE) e (iii) gasto educacional por aluno da educação básica.

Os indicadores de contexto têm o objetivo de caracterizar os municípios segundo suas diferentes realidades regionais e são imprescindíveis para a realização completa da análise dos indicadores educacionais.

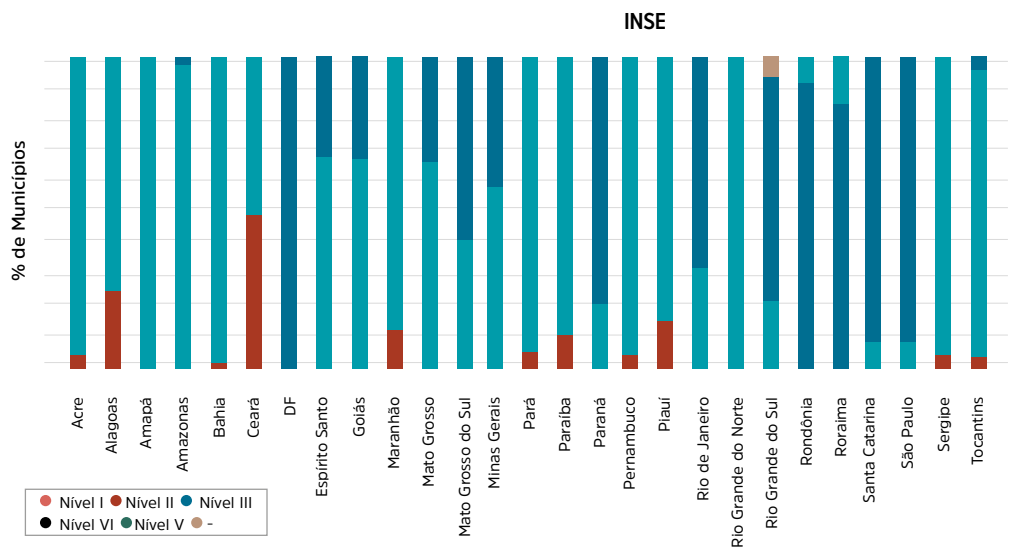
Em relação ao IDHM, foi utilizada a escala utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) na elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano. Já para o INSE, foi utilizada a escala elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com os dados de 2019. Finalmente, em relação ao gasto educacional por aluno, foi criada escala a partir dos gastos com educação nos municípios em 2019, constantes do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), observando o parâmetro nacional daquele ano e a utilização de quartis para delimitar faixas críticas. A Figura 5 mostra os resultados apresentados para esses indicadores.

Figura 5 Resultados dos indicadores de contexto



A partir de uma perspectiva estadual, são apresentados, a seguir, os resultados dos indicadores socioeconômicos por estado.

Figura 6 Resultados dos indicadores socioeconômicos (por estado)



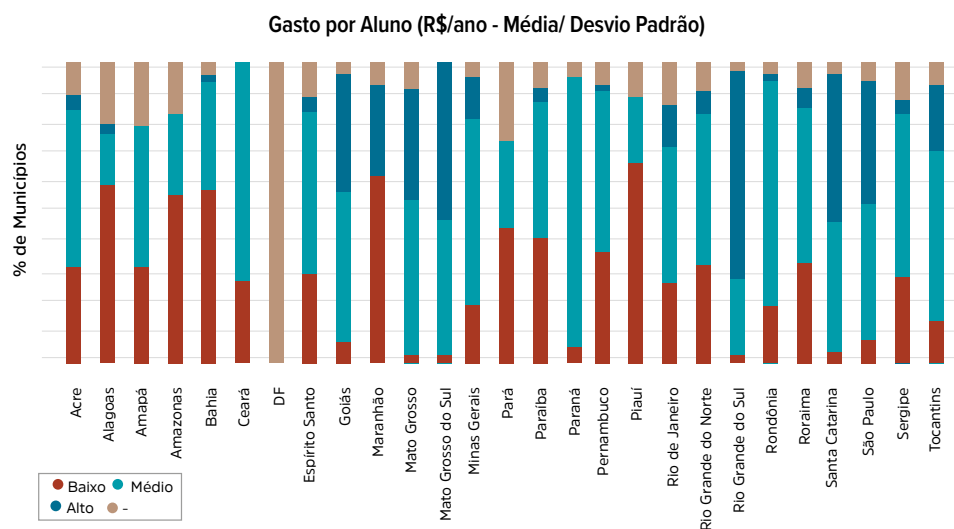
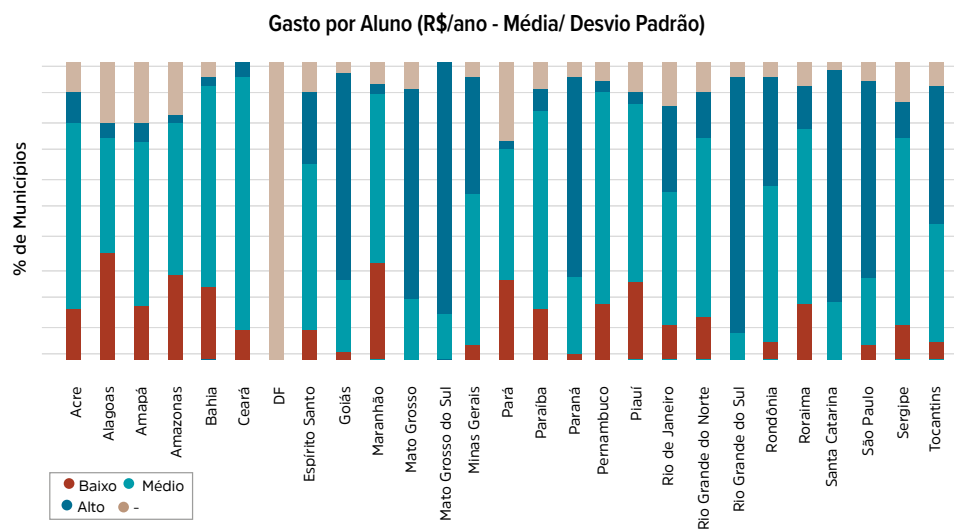
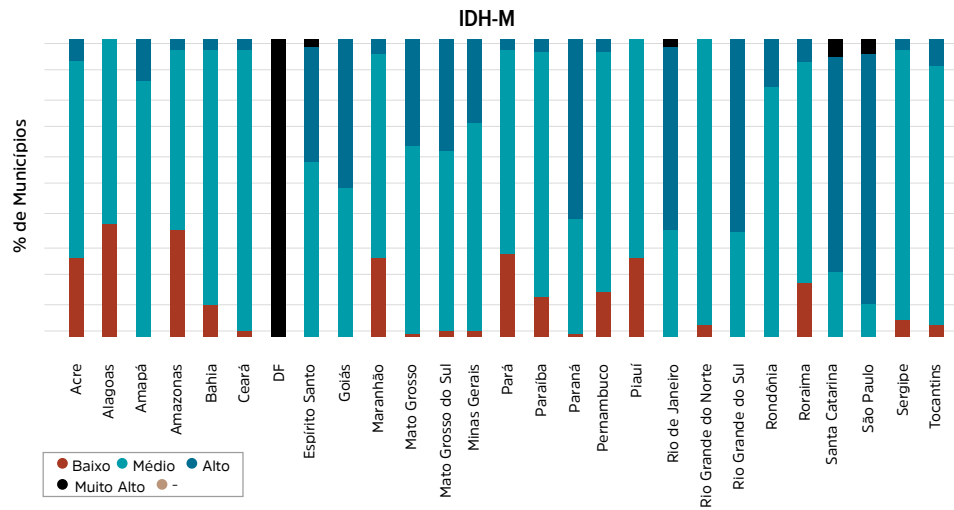


Tabela 1 IDHM Seleção ensino médio

Região	Norte							Nordeste								Sudeste				SUL			Centro Oeste*					
Estados	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO		
Alto	1							1								18				4	8	153	31	26	28	2	10	14
Médio	9	4	5	7	13	11	51	30	38	13	29	45	32	6	14	55	56	11	15	20	39	6	27	16	29	13		
Baixo	3							7	2	14	1		29	26	1		10	9	5	2	14				1			
Total Munc Críticos (afetados)	9	7	12	9	27	12	52	59	64	13	30	56	41	11	16	69	74	15	23	173	70	32	55	18	40	27		
	128							359								285				157			85					
Total Mun Estado	52	22	62	15	144	16	139	217	224	184	167	223	185	102	75	417	853	78	92	645	399	295	497	79	141	246		
	450							1794								1668				1191			466					
% critic em relação ao Estado (afetação)	17%	32%	19%	60%	19%	75%	37%	27%	29%	7%	18%	25%	22%	11%	21%	17%	9%	19%	25%	27%	18%	11%	11%	23%	28%	11%		
Média dos percentuais de afetação por região	37%							20%								20%				13%			21%					
Média dos municípios afetados pelo total por Região	28%							20%								17%				13%			18%					

*Não constando DF.

Observa-se que, em relação ao IDH e INSE há uma clara separação de índices entre os estados do Norte/Nordeste e Sul/Sudeste do Brasil. De forma geral, os piores índices estão no Norte/ Nordeste e os melhores no Sul/Sudeste.

Em termos de gasto, considerando a escala produzida a partir dos quartis e a distribuição dos municípios mais vulneráveis no primeiro nível, percebe-se a mesma divisão regional no Brasil, com os mais baixos níveis de gastos nas Regiões Norte/Nordeste.

Os níveis de criticidade dos indicadores de segundo nível e contexto são detalhados no Anexo V.

4. OBTENÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES

4.1. DADOS PARA CRIAÇÃO DOS INDICADORES

Com base nos indicadores selecionados, foram coletadas informações sobre os dados necessários para gerar os indicadores, as fontes de dados e a periodicidade de análise. Alguns indicadores estavam prontos e outros necessitaram de combinação de dados e consequente aplicação de cálculo.

Os dados foram carregados por município, com periodicidade anual. Vale ressaltar que alguns indicadores, como o de proficiência, por exemplo, não são fornecidos anualmente, mas, sim, bienalmente. Os dados foram armazenados no servidor LabContas, do TCU, e estão disponíveis para outras unidades do Tribunal, bem como para a rede Infocontas.

A relação com todos os indicadores, incluindo classificação, fonte de dados e período de carregamento, está descrita no Anexo III deste documento.

4.2. PRINCIPAIS PREMISSAS QUANTO AO USO DE INDICADORES EDUCACIONAIS NA METODOLOGIA

A **principal unidade de análise dos indicadores é o município**. Quando se fala em estado, refere-se ao conjunto de municípios e não à rede estadual. Sempre que possível, indicadores foram granulados até o nível municipal. Há indicadores em que se pode chegar ao nível das escolas, como o indicador de infraestrutura, por exemplo.

Como regra geral, a **polaridade crescente dos indicadores indica a situação almejada para o município**. No geral, o nível alto é o desejado para os indicadores, enquanto o nível médio não é desejado. Cita-se, como exemplo, a o, Adequação da Formação Docente. No entanto, há indicadores que possuem polaridades invertidas: o

nível alto é indesejado e o nível baixo é desejado. Isso acontece, por exemplo, com a evasão escolar.

Para se trabalhar com os níveis de criticidade dos indicadores, foi **escolhida, como medida matemática padrão, a média aritmética**. Essa medida de centralidade é confrontada com os quintis (**valores que dividem o conjunto ordenado em cinco partes iguais**) e resultados estaduais, para definição dos níveis de criticidade (alto, médio e baixo). Quando há metas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE), elas também são levadas em consideração, como parâmetros de análise.

Os **indicadores não possuem causalidade entre si**. O primeiro e segundo nível de análise da metodologia não possuem causa e efeito entre si, são apenas correlacionados. Os indicadores se influenciam direta ou indiretamente e devem ser aprofundados em sua análise por meio dos indicadores de contexto do município e, posteriormente, pela análise qualitativa proporcionada pela narrativa. Dada a série histórica apresentada, um indicador pode apresentar comportamento aparentemente aleatório ou errante, mas deve ser confrontado com todos os outros, para uma avaliação mais precisa do município.

4.3. PAINEL DE INDICADORES

Na seleção do objeto, foi utilizada a construção de painel de indicadores parcial – somente o necessário para se percorrer toda a metodologia de seleção proposta no Projeto Integrar. Assim, o desenvolvimento do painel em completude é fundamental, para oferecer informações aos TCs que permitam acompanhamento e fiscalização na educação.

Apesar do interesse em hospedar e manter o painel de indicadores, o TCU ainda não definiu nem adquiriu ferramenta de *Business*

Intelligence (BI) para construção de painéis de informação. Ressalta-se que **a continuidade ou criação de novo painel dependerá de definição, por parte do TCU, sobre qual software será utilizado.**

A despeito da falta da ferramenta, **o grupo temático utilizou duas ferramentas** para visualizar os dados dos indicadores de forma gráfica e dinâmica. Uma delas é gratuita e permitiu utilizar algumas funcionalidades para o desenvolvimento e a análise – o **Power BI**. Esse *software* foi utilizado para análise dos indicadores dos níveis 1 e 2 e, também, já incorporou alguns indicadores de contexto.

As telas do painel em **Power BI** podem ser acessadas por meio do **link**.

Para os indicadores de contexto, foi utilizada a ferramenta *Tableau*. O TCE/MG possui licença desse *software*, o que permitiu a elaboração de telas e gráficos para análise. Entretanto não foi possível o acesso aos resultados por meio da internet, apenas por cópias locais apresentadas por representante do TCE/MG.

É possível, também, verificar a possibilidade de uma solução tecnológica para hospedar e manter o painel de indicadores da Rede Integrar por meio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), caso não haja aquisição de *software* pelo TCU ou utilização pelo **PowerBI** ou *Tableau*.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 MOTIVAÇÃO PARA ANÁLISE DA ETAPA ENSINO MÉDIO

O ensino médio recebeu recentes mudanças, passando a se chamar novo ensino médio, conforme a Lei 13.415/2017. O normativo alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu alteração na estrutura da etapa, definindo uma nova organização curricular, mais flexível, e implementando uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como a oferta de diferentes possibilidades de escolhas pelos estudantes – os itinerários formativos.

O aluno tem oportunidade de construir seu itinerário por meio da amplificação de seu conhecimento, desenvolvendo, desta forma, habilidades que o ajudam a despertar para inúmeros trabalhos técnicos e campos profissionais. O ano de 2022 é o prazo máximo para que as escolas se alinhem às novas normas educacionais impostas pela Lei 13.415/2017.

Assim, por se encontrar em processo de implementação de novas diretrizes e regras, identificar e avaliar onde os problemas estão situados e quais são os fatores que podem estar influenciando ou vir a influenciar o mau desempenho na etapa do ensino médio é de grande oportunidade para se conhecer um pouco mais sobre os fatores críticos e riscos associados da atual política educacional no Brasil

5.2. ANÁLISE QUALITATIVA DO ENSINO MÉDIO

A análise qualitativa apresentada abaixo toma por base a narrativa para identificação de riscos, com foco no acesso ao ensino médio.

Narrativa para identificação de riscos

A narrativa para identificação de riscos é uma produção textual de ligação entre a análise quantitativa, feita por meio de indicadores, e a análise qualitativa dos fatores do contexto educacional e de seus riscos inerentes, objetivando a fundamentação dos objetos de auditoria selecionados. Ela corresponde a uma descrição do cenário educa-

cional, registrando a ligação desses indicadores com outras políticas públicas ou programas na área educacional.

A narrativa é a última etapa da metodologia. Seu objetivo é identificar riscos associados aos fatores mapeados, outros elementos não apontados no painel de indicadores e aspectos relevantes da governança multinível.

Ensino Médio

O ensino médio é a última etapa da educação básica, possui três anos de duração e deve ser idealmente frequentado por jovens de 15 a 17 anos de idade. A oferta dessa etapa de ensino passou a ser obrigatória desde a promulgação da EC 59/2009.

Com essa obrigatoriedade, somada à da pré-escola, o Estado brasileiro reconhece que 14 anos de estudos completos representam o mínimo necessário para a formação escolar de qualquer pessoa: três anos de ensino médio, nove anos de ensino fundamental e dois anos de pré-escola.

O ensino médio tem como finalidade assegurar a formação do educando para o exercício da cidadania e fornecer conhecimentos para progredir no trabalho e em estudos posteriores, como descrito no art. 35 da LDB:

Art. 35 (...) I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

Atualmente, o ensino médio apresenta quatro formas de oferta: regular ou propedêutica; normal/magistério; integrada à educação profissional; e Educação de Jovens e Adultos (EJA). No caso brasileiro, a etapa do

ensino médio apresenta um processo histórico de expansão de matrículas a partir da década de 1990, como apontam Silva et al. (2017):

(...) é preciso ressaltar o expressivo aumento da matrícula a partir da década de 1990 do século passado. Ao longo do século XX até o final da década de 1980, o ensino médio era destino de pouco mais de ¼ da população que concluiu o ensino fundamental. Considerando que o ensino médio brasileiro tem sua trajetória marcada pela exclusão, sendo uma etapa destinada quase que exclusivamente aos poucos privilegiados que tinham na escola secundária a preparação para a entrada na universidade, as duas últimas décadas demonstram uma mudança nessa configuração, ampliando o acesso para uma população que, em geral, esteve à margem dessa etapa escolar.

A motivação dessa expansão tem relação com: (i) o fato de o texto original da LDB, em 1996, ter atribuído ao Estado o dever de garantir a progressiva extensão da oferta obrigatória dessa etapa de ensino; (ii) a aprovação, em 2006, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que passou a incluir as matrículas do ensino médio no cálculo dos repasses financeiros, destinados anteriormente apenas ao ensino fundamental; e (iii) a inclusão do ensino médio como etapa obrigatória da educação básica, em 2009, alterando o texto da LDB e atribuindo ao Estado o dever de efetivar sua universalização. O ensino médio é tratado com especificidade na meta 3 do PNE 2014-2024, que objetiva a elevação da taxa líquida de matrícula (TLM) nessa etapa para 85%.

Entre as quatorze estratégias associadas à meta 3, destaca-se o fomento à expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, modalidade essa em que os estudantes têm oportunidade de estudar disciplinas comuns do ensino médio com matérias de um curso técnico. Também aparece como destaque a questão da flexibilidade curricular e do incentivo a novos modelos de organização didática, pedagógica e metodológica para o ensino médio. Além da meta 3, podemos encontrar referências ao ensino médio na meta 6, que trata da educação em tempo integral, na meta 7, que trata do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e na

meta 11, que trata da educação profissional técnica de nível médio, bem como em estratégias que estão associadas a essas metas.

O principal risco para o alcance das metas do ensino médio está associado às altas taxas de evasão e abandono (como visto nos indicadores de nível 2), observadas desde os anos finais do ensino fundamental, o que pressupõe a implementação de ações que eliminem ou mitiguem as causas desse problema, entre as quais o desinteresse dos alunos pelos conteúdos ministrados e a necessidade de trabalhar e gerar renda.

Para além do PNE, encontra-se em vigência, no âmbito do governo federal, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC 1.140/2013.

O quadro a seguir consolida as associações do ensino médio com o PNE.

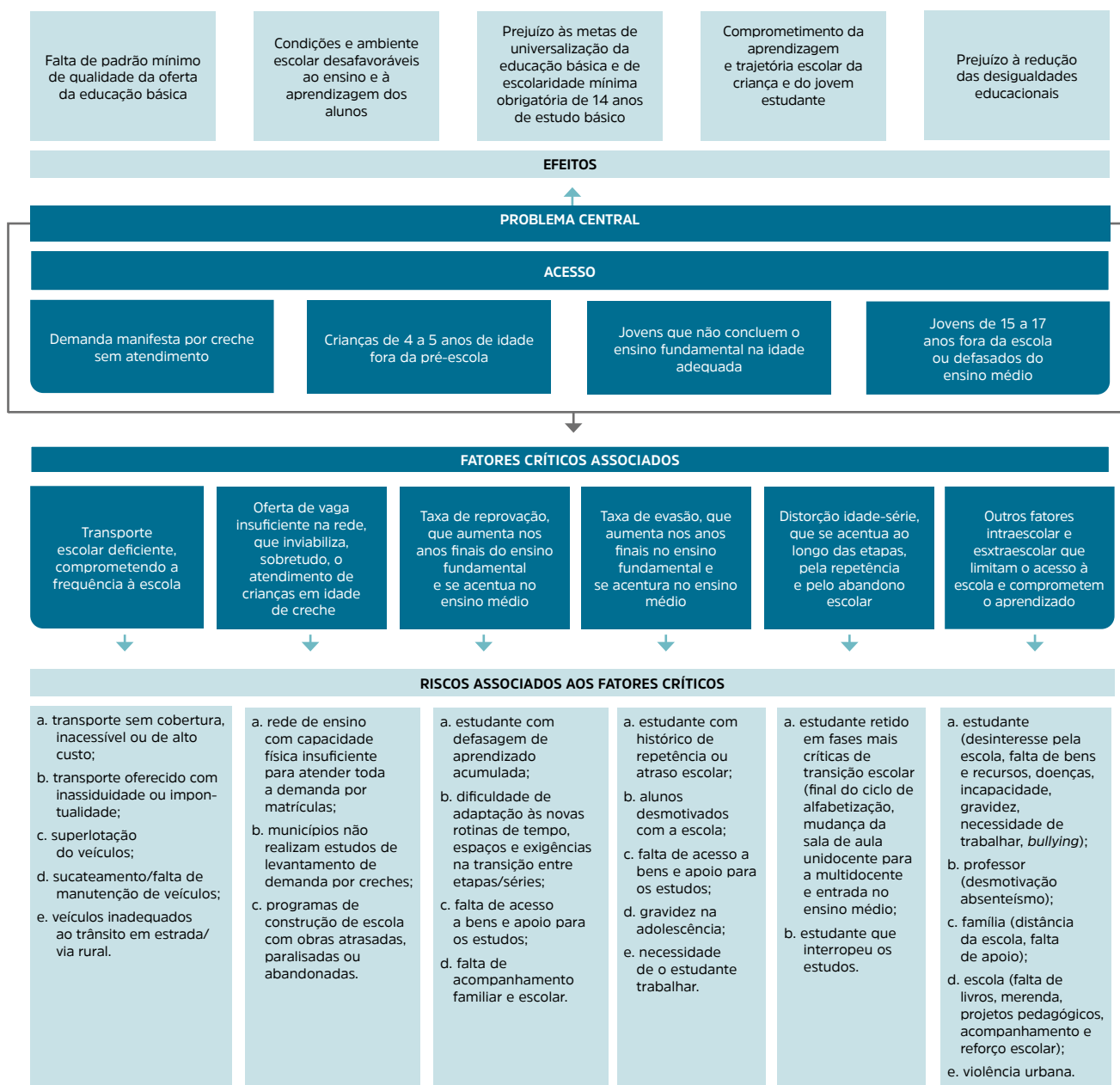
Quadro 1 Ensino Médio e PNE

Norma	Dispositivo	Tema
PNE (Lei 13.005/2014)	Meta 3: estratégias 3.1 a 3.14	Universalização do acesso à população de 15 a 17 anos e 85% de TLM
	Meta 6: estratégias 6.1 a 6.9	Educação em tempo integral
	Meta 7: estratégias 7.1 a 7.36	Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem na educação básica
	Meta 11: estratégias 11.1 a 11.4	Educação profissional técnica de nível médio

Fonte: Relatório Projeto Integrar.

A figura a seguir sintetiza os elementos referentes ao problema de acesso.

Figura 7 Problemas referentes ao acesso



Fonte: Relatório Projeto Integrar.

Taxa Líquida de Matrícula como Indicador de Acesso

A TLM identifica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino regular ade-

quando a essa mesma faixa (MEC/INEP, 2004). A taxa, assim, sinaliza o percentual de estudantes matriculados na idade adequada para a etapa de ensino, conforme a seguinte classificação:

- » creche: zero a três anos;
- » pré-escola: quatro a cinco anos;
- » ensino fundamental: 6 a 14 anos; e
- » ensino médio: 15 a 17 anos.

Adicionalmente, o ensino fundamental costuma ser dividido em anos iniciais (seis a dez anos) e anos finais (11 a 14 anos).

A TLM é um indicador que permite o acompanhamento dos resultados das metas do PNE associadas ao ensino regular e acesso à educação básica. Para o ensino médio, a Meta 3 preconiza: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a TLM no ensino médio para 85%.

No ensino médio, última etapa de ensino da educação básica, o acesso educacional também configura um dos temas centrais, uma vez que os problemas dessa etapa de ensino “são relacionados a sua qualidade, às questões do acesso e da permanência, à discussão sobre sua identidade e suas finalidades” (FERREIRA et al., 2017).

Ainda existe parcela considerável de jovens que não frequentam a escola e outra parcela que, apesar de frequentar, está defasada e segue cursando o ensino fundamental. Os adolescentes de 15 a 17 anos são, hoje, o grupo mais atingido pela exclusão de acesso à educação básica regular. Sobre esse problema, Marchelli (2016) destaca o olhar que se deve ter para os jovens excluídos no sistema educacional:

O fato é que pouco mais de 50% dos jovens entre 15 e 17 anos frequenta o ensino médio e, cerca de, 20% deles permanece no ensino fundamental. Os demais estão afastados da escola e a maior parte das explicações sobre as razões pelas quais isso ocorre gira em torno da incompatibilidade com o regime de trabalho e do desinteresse pelos estudos. Mais de 10% dos jovens que estão fora da escola trabalham e a outra parcela situa-se na condição social extremamente vulnerável de não trabalhar nem estudar.

Para além da universalização do atendimento, é necessário garantir a permanência dos estudantes na escola. Em 2017, mais de 400 mil alunos abandonaram o ensino médio durante o ano letivo (IEDE, 2019). Além disso, uma considerável parcela de jovens ainda frequenta o ensino fundamental ou cursa o ensino médio em situação de atraso escolar, caracterizando alta incidência de distorção idade-série, consequência de reprovação ou ingresso tardio. Esse fenômeno acaba por ser cumulativo, tendo início nos primeiros anos do ensino fundamental e se arrastando por toda a trajetória escolar do aluno. Em 2018, nas redes pública e privada, cerca de um terço dos estudantes tinham dois ou mais anos de atraso escolar (IEDE, 2019).

Ressalta-se, igualmente, a importância de se observar a TLM, que considera a idade adequada para cursar a etapa de ensino. No PNE, o acesso ao ensino médio é tratado na meta 3, que estabelece a universalização, até o ano de 2016, do acesso à escola para a população de 15 a 17 anos de idade e 85% de TLM no ensino médio, até o ano de 2024, para a população de 15 a 17 anos.

De acordo com o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE, elaborado pelo Inep (2020), a universalização do acesso à escola para os jovens de 15 a 17 anos ainda não foi alcançada e a TLM está em 73,1%, ainda distante da meta de 85%.

Fatores críticos associados ao acesso

Transporte Escolar

Relevância e risco

A ausência de transporte escolar ou um transporte escolar precário é apontado por diversos estudos como uma das causas para a infrequência e o abandono da escola, inclusive para alunos do ensino médio (CASTELAR, 2012). Mesmo havendo vaga no sistema escolar, muitas vezes, o jovem é impedido de frequentar as aulas em razão da inexistência ou insuficiência de meio de transporte necessário para fazer o percurso casa-escola-casa.

A garantia de transporte escolar regular e permanente faz-se necessária, principalmente para os alunos residentes em áreas rurais. Para esses jovens, a distância entre o domicílio e a unidade escolar é um empecilho para a frequência à escola (MARCHELLI, 2016).

Foram identificados os seguintes riscos inerentes a este fator crítico (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – CECATE/UFG, 2015; TCE/CE, 2015; TCU, 2018):

- » transporte escolar ofertado sem assiduidade e pontualidade;
- » transporte escolar ofertado de forma desorganizada, com muitas interrupções e atrasos;
- » veículos sem manutenção regular;
- » veículos em quantidade e tamanho não adequados à demanda, gerando superlotação;
- » veículos inadequados ao transporte de passageiros ou adaptados sem a devida autorização do Detran;
- » veículos não adequados a estradas e vias das zonas rurais;
- » frota de veículos com excesso de tempo de uso;
- » rotas muito longas, sinuosas e com inúmeras paradas, aumentando em demasia o tempo de deslocamento no trajeto casa-escola-casa.

Risco inerente: risco intrínseco à natureza do negócio, do processo ou da atividade, independentemente dos controles adotados (TCU, 2018). A ocorrência desses eventos de risco pode afetar o desempenho ou alcance dos objetivos da política. Esses riscos devem ser considerados pelas equipes de auditoria nos processos de seleção e planejamento dos trabalhos.

Efeitos da situação crítica

- » Impossibilidade ou dificuldade no acesso à escola.
- » Desmotivação do aluno com a frequência à escola.
- » Abandono da escola.
- » Condições escolares desfavoráveis para a aprendizagem dos alunos.

Quadro 2 Transporte Escolar e associações com o PNE e os programas de governo

Associações com o PNE 2014-2024 e os programas de governo (Não foi realizado levantamento de programas estaduais ou municipais)

Norma / Programa de Governo	Dispositivo	Tema
PNE (Lei 13.005/2014)	Meta 4: estratégia 4.6	Educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (acessibilidade do transporte)
	Meta 7: estratégias 7.3, 7.5 e 7.21	Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem na educação básica (transporte)
	Meta 20: estratégia 20.7	Investimento em educação pública (Custo Aluno Qualidade incluindo transporte)
Programa Caminho da Escola (Decreto 6.768/2009)		Objetivo: renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) – Lei 10.880/2004		Transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural

Fonte: Relatório Projeto Integrar.

Taxa de repetência**Relevância e risco**

A taxa de repetência é um dos indicadores de fluxo escolar, juntamente com as taxas de promoção e evasão.

A taxa de repetência é uma das consequências da taxa de reprovação. A reprovação é uma situação escolar que impede o aluno de cursar a próxima série do segmento, seja pelo excesso de faltas ou por notas que não alcançaram o mínimo para aprovação. Na repetência, o aluno cursa, no ano seguinte, a série em que foi reprovado por notas ou abandono.

Observa-se que as taxas de repetência aumentam nos anos finais do ensino fundamental, quando comparadas com as taxas dos anos iniciais, e acentuam-se no ensino médio. O tema em questão é objeto de estudos e reflexões de educadores e pesquisadores há várias décadas. Segundo o Instituto Unibanco (2017), em 2016, quase 3 milhões de alunos viveram a experiência do insucesso escolar. Ainda persistem “diferenças históricas entre as taxas de aprovação dos anos iniciais do fundamental em relação aos anos finais e, também, ao ensino médio. Em 2007, a média geral de alunos reprovados entre o 1º e o 5º ano foi de 11% e entre o 6º e 9º ano, de 13,5%; em 2016, esses índices recuaram para 5,9% e 11,4%, res-

pectivamente. No ensino médio, no mesmo período, a média geral caiu de 12,7% para 11,9%.”.

A reprovação e consequente repetência do aluno tem dois efeitos no acesso e na permanência do jovem no ensino médio. Além de impactar o índice de distorção idade-série, é uma das causas do abandono. Em outras palavras, ser reprovado e ter que repetir a série cursada leva muitos jovens a chegar ao ensino médio com idade superior à idade recomendada e outros muitos a abandonar a escola antes ou durante o ensino médio.

Não obstante, mesmo considerando a queda das taxas de repetência, há uma porcentagem de estudantes que ainda sofrem as consequências desse fenômeno. Estudos e pesquisas sobre educação demonstram que a reprovação/repetência pode trazer consequências sociais negativas, além de afetar o processo de escolarização e aprendizado dos alunos. A reprovação/repetência tem efeitos no acesso e na permanência do aluno na escola e impactos no índice de distorção idade-série, sendo uma das causas do abandono.

Nesse sentido, o Instituto Alfa e Beto (Elacqua, 2015) aponta, no estudo Educação baseada em evidências, que “o custo emocional e comportamental da repetência para o aluno é alto, marcando sua autoestima, seu desempenho futuro e até sua vida profissional futura. O aluno evadido típico tenta várias vezes concluir com sucesso um ano antes de finalmente desistir”. Especificamente sobre as etapas de ensino, o estudo aponta, ainda, que “alunos que são retidos nos anos iniciais do ensino fundamental podem acabar abandonando o ensino fundamental ou médio ou terminam por não continuar seus estudos em curso superior”.

Adicionalmente, programas de monitoria e reforço escolar no contraturno podem melhorar a aprendizagem e, com isso, evitar a reprovação (IEDE, 2019; UNESCO, 2016).

Foram identificados os seguintes riscos inerentes a esse fator crítico (DAVIS *et al.*, 2012; TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020; e FRANCESCHINI *et al.*, 2016):

- » Defasagens de aprendizado acumulada;
- » Dificuldade, por parte dos alunos ingressantes no 6º ano do ensino Fundamental, de adaptação às novas rotinas de tempo, aos

¹ Como reportado pela Unesco, a reprovação, supostamente voltada à melhoria da aprendizagem do aluno, mostra-se ineficaz para tanto, associando-se com menores níveis de aprendizagem. Ainda segundo a Unesco, é possível que traga consigo problemas de estigmatização, motivação e ambiente da sala de aula, prejudicando o desempenho dos estudantes (Unesco, 2016).

- espaços e às exigências, em decorrência da transição do professor generalista para vários professores de diferentes disciplinas;
- » A 1ª série tem a taxa de repetência mais elevada do ensino médio;
 - » As taxas de reprovação variam por região do Brasil, sendo, em 2019, maiores na Região Sul e menores na Região Norte;
 - » A probabilidade de repetência do aluno relacionada às características individuais e familiares. Sexo, raça/cor, religião, escolaridade dos pais e bens econômicos estão entre os aspectos que influenciam essa probabilidade.

Efeitos da situação crítica

A taxa de repetência nos anos finais do ensino fundamental **é maior do que nos anos iniciais**. No ensino médio, a taxa de repetência é superior à média nacional e/ou vem aumentando nos últimos anos.

- » Efeitos negativos na aprendizagem e no êxito acadêmico¹ (Unesco, 2016).
- » Aumento da probabilidade de elevação da taxa de distorção série-idade.
- » Aumento da probabilidade de abandono escolar.

Quadro 3 Taxa de repetência e associações com PNE e programas de governo

Associações com o PNE 2014-2024 e os programas de governo

Norma / Programa de Governo	Dispositivo	Tema
PNE (Lei 13.005/2014)	Meta 2: estratégias 2.3 e 2.4	Universalização do ensino fundamental (acompanhamento)
	Meta 3: estratégia 3.8	Universalização do acesso à população de 15 a 17 anos e 85% de taxa líquida de matrícula (acesso e permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda)

Fonte: Elaboração própria.

Taxa de evasão

A taxa de evasão é um dos indicadores de fluxo escolar, ou seja, é uma das situações possíveis na transição do aluno entre dois anos consecutivos. Na passagem de um ano para outro, quatro cenários podem ocorrer: promoção, repetência, migração para o EJA e evasão escolar.

A evasão é a situação em que o aluno interrompe sua trajetória escolar. Tem, portanto, efeitos diretos no acesso e na permanência do

aluno na escola, influenciando tanto a taxa de matrícula, no ano da evasão, uma vez que o aluno não vai ingressar na escola, quanto no momento de um eventual retorno do aluno, que reingressará com idade superior à recomendada.

Estudos e pesquisas indicam que, em virtude da política de universalização do ensino fundamental, os índices de evasão nesta etapa de ensino estão em queda nos últimos anos. O Inep (2019) destacou que a taxa de evasão no último segmento do ensino fundamental caiu de 5% para 4,3%, na transição dos anos 2016 e 2017. Para o mesmo período, no ensino médio passou de 11,1% para 9,1%. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de repetência passou de 7,4%, em 2014, para 7,1%, em 2016, e a evasão escolar caiu 0,1%, atingindo 1,5% em 2016.

Em que pese considerar a queda da taxa de evasão escolar no ensino fundamental, observa-se que ainda há um quantitativo considerável de alunos que não estão na escola. Os índices indicam que o fenômeno é progressivo, atingindo mais severamente estudantes do ensino fundamental nos anos finais e no ensino médio. Pelos dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o atraso ou abandono escolar atinge 12,5% das crianças e dos adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% dos adolescentes de 15 a 17 anos. Já entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11,0% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola nem tinham concluído o ensino obrigatório.

A evasão é um grande desafio em toda a educação básica, especialmente no ensino médio. Está associada a diferentes fatores, alguns internos à escola, outros, externos. Dentre os fatores internos, citam-se o atraso escolar, a reprovação e as práticas pedagógicas inadequadas para a realidade do aluno. Dentre os fatores externos à escola, destacam-se a falta de interesse do aluno, gravidez na adolescência e necessidade de trabalhar (SHIRASU; ARRAES, 2016).

Segundo estudo da Fundação Lemman (2019), aspectos que podem prevenir a evasão são: sistema para substituir os professores faltosos com agilidade, sem criar janelas nos horários nem liberar os alunos antes do previsto e controle diário ou frequente de faltas dos estudantes, seguido de contatos ágeis com a família, mediante ausências não justificadas.

Outros aspectos vistos como boas práticas na prevenção da evasão incluem currículos diversificados, com disciplinas voltadas para habilidades socioemocionais, programas que buscam envolver a família dos alunos com a escola e programas de busca ativa (IEDE, 2019; UNESCO, 2016).

Foram identificados os seguintes riscos inerentes a este fator crítico (Shirasu e Arraes, 2016 e IBGE, 2020):

- » Desmotivação dos alunos;
- » Alunos repetentes têm quase o dobro de chances de evadir;
- » Dois anos de atraso escolar aumentam as chances de evasão;
- » A taxa de evasão do ensino médio da rede de ensino pública é superior à média nacional e vem aumentando nos últimos anos;
- » Embora o padrão etário se mantenha semelhante entre homens e mulheres e pessoas de cor branca e preta ou parda, há diferenças regionais em relação ao abandono escolar. O abandono escolar precoce (até os 13 anos) foi mais acentuado no Norte (9,7%), Nordeste (9,0%) e Sudeste (8,7%). Já aos 14 anos, o Sul se destacou, com 9,9% de saída da escola;
- » A renda é um dos fatores que determinam os percentuais de abandono e atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos. Na evasão escolar, 11,8% dos jovens mais pobres tinham abandonado a escola sem concluir o ensino médio em 2018. Esse percentual é oito vezes maior que o dos jovens mais ricos (1,4%). No país, cerca de 737 mil pessoas nessa faixa de idade estavam nessa situação no ano passado;
- » Dados da Síntese de Indicadores Sociais 2019 (IBGE, 2020) mostram um percentual médio de evasão de 7,6% para o país. A evasão dos adolescentes atingia 9,2% no Norte e Nordeste e era menor no Sudeste (6%). O fenômeno era maior na zona rural (11,5%) do que na urbana (6,8%), entre homens (8,1%) do que entre mulheres (7%) e entre pretos ou pardos (8,4%) do que entre brancos (6,1%).

Efeitos da situação crítica

- » Menos jovens concluem o ensino fundamental ou se formam no ensino médio, devido à evasão escolar.
- » Fatores socioculturais e socioeconômicos dificultam o acesso dos alunos à escola nos anos iniciais do ensino fundamental.

Quadro 4 PNE e taxa de evasão e associações com o PNE e os programas de governo**Associações com o PNE 2014-2024 e os programas de governo**

Norma / Programa de Governo	Dispositivo	Tema
PNE (Lei 13.005/2014)	Meta 2: estratégias 2.3, 2.4, 2.5, 2.9, 2.12 e 2.13	Universalização do ensino fundamental (acompanhamento, busca ativa)
	Meta 3: estratégias 3.1 e 3.13	Universalização do ensino médio (práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, prevenção à evasão)
Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) – Portaria MEC 971/2009		Objetiva desenvolver propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio regular, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico

Fonte: Elaboração própria.

Distorção idade-série**Relevância e risco**

A distorção idade-série ocorre desde o ensino fundamental até o ensino médio. São considerados acima da idade recomendada os estudantes que têm, pelo menos, dois anos a mais do que a idade teórica para cursar um determinado ano de ensino, normalmente resultantes de entrada tardia na escola ou repetência. No Brasil, cerca de 14% dos estudantes que cursam o último ano dos anos iniciais do ensino fundamental são considerados acima da idade recomendada, contra apenas 2%, em média, nos países da OCDE. O percentual aumenta para 15% no fim dos anos finais do ensino fundamental, permanecendo acima da média OCDE de 4% (OCDE, 2018).

Estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) traça um panorama da distorção idade-série no Brasil (UNICEF, 2018) e alerta para o quantitativo de alunos vítimas da distorção idade-série nas escolas brasileiras.

O estudo afirma que, segundo o Censo Escolar 2017, o Brasil possui mais de 35 milhões de estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada. Entre eles, mais de 7 milhões estão em situação de distorção idade-série, ou seja, têm dois ou mais anos de atraso escolar: quase 5 milhões no ensino fundamental e mais de 2 milhões no ensino médio.

Alguns fatores podem influenciar na taxa de distorção idade-série (Unicef, 2018):

- » A distorção idade-série é um fenômeno cumulativo, que tem início nos primeiros anos do ensino fundamental e se arrasta por toda a trajetória escolar de meninas e meninos, que vão sendo deixados para trás. Segundo o censo escolar 2017, 12% dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental têm dois ou mais anos de atraso escolar. Nos anos finais do fundamental, o índice passa a 26% e, no ensino médio, chega a 28%;
- » A distorção idade-série ocorre de forma desigual no território brasileiro. As Regiões Norte e Nordeste apresentam taxas de distorção idade-série mais altas que as demais regiões do país;
- » Parte das crianças e dos adolescentes brasileiros em distorção idade-série está concentrada em áreas específicas no país: assentamentos, terras indígenas, comunidades quilombolas e áreas de preservação;
- » Nos anos iniciais do ensino fundamental, as taxas de distorção idade-série entre meninos crescem de forma mais acelerada do que entre meninas – 14,7% *versus* 9%.

Há três momentos em que os índices de distorção idade-série são mais altos: no 3º e 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio. Esses três pontos críticos coincidem, respectivamente, com etapas de transição: (i) o final do ciclo de alfabetização; (ii) a mudança da sala de aula unidocente para multidocente; e (iii) a transferência da gestão municipal para a estadual (IEDE, 2019).

Contudo, vale ressaltar que o Resumo Técnico Censo da Educação Básica 2019 (INEP, 2020) apontou que a taxa de distorção idade-série do Ensino Fundamental da rede pública apresenta tendência de queda: passou de 19,7%, em 2018, para 18,7%, em 2019. No ensino fundamental, as maiores taxas de distorção da rede pública são encontradas para os 6º, 7º e 8º anos, com 27,6%, 27,9% e 26,1%, respectivamente.

Um estudo do Iede sobre equidade ensino fundamental trouxe, ainda, que “a condição econômica e escolaridade dos pais influenciam o atraso escolar e aprendizado, na medida em que crianças de nível

socioeconômico mais baixo tendem a ter menos estímulos em casa, incluindo menor acesso a materiais propícios ao estudo e exposição a um vocabulário menos abrangente”.

Foram identificados os seguintes riscos inerentes a este fator crítico (Unicef, 2018):

- » Estudantes de cor/raça indígena, preta e parda tendem a ser mais prejudicados no que se refere à taxa de distorção idade-série, tanto no meio urbano, quanto no meio rural. A taxa de distorção idade-série entre meninas e meninos negros é significativamente maior do que entre brancos;
- » O índice de distorção idade-série no ensino médio é mais elevado quando comparado ao ensino fundamental. A distorção idade-série se acentua ao longo da etapa do ensino médio pela repetência e pelo abandono (evasão). As causas variam entre distância das escolas, horários inadequados para a frequência regular, condições socioeconômicas pessoais e familiares precárias, necessidade de trabalho e, o que é intrinsecamente grave, inadequação do currículo aos diferentes interesses, às aspirações e aos anseios das diversificadas juventudes que compõem esse segmento da população.

Efeitos da situação crítica

- » Impacto negativo na trajetória escolar do aluno e nas trajetórias de fracasso escolar.
- » Aumento da taxa de abandono e evasão escolar.
- » Defasagem na aprendizagem dos alunos do ensino fundamental alcança etapas posteriores e muitos não conseguem concluir a jornada escolar com qualidade e na idade esperada.
- » A distorção idade-série influencia os casos de repetência e, por consequência, a evasão ao longo dos anos dos ensinos fundamental e médio.
- » Exclusão escolar, pois afeta, particularmente, os adolescentes indígenas, negros e com deficiência (Unicef, 2018).

Quadro 5 Distorção idade-série e associações com o PNE e os programas de governo**Associações com o PNE 2014-2024 e os programas de governo**

Norma / Programa de governo	Dispositivo	Tema
PNE (Lei 13.005/2014)	Meta 2	Universalização do ensino fundamental (conclusão na idade adequada)
	Meta 3: estratégia 3.5	Universalização do ensino médio (correção de fluxo)

Fonte: Elaboração própria.

Outros fatores**Relevância e risco**

Intersetorialidade e multifatorialidade de causas perpassam e impactam o problema do acesso no ensino fundamental, principalmente nos anos finais, e médio.

O problema de acesso à escola está relacionado a múltiplas questões: econômicas, socioculturais, educacionais, políticas e técnicas. Dentre outros fatores associados à exclusão escolar, estão: oferta educacional (falta de escolas e vagas), desinteresse pela escola, doença que impede a frequência escolar, violências diversas (na família, na escola ou no território), questões socioeconômicas e trabalho infantil, conflito com a lei, gravidez na adolescência, preconceito e discriminação, falta de documentação. Trata-se de uma questão complexa, que requer articulação intersetorial, envolvendo toda a rede de proteção atuante no território.

Foram identificados os seguintes riscos inerentes a este fator crítico:

- » a necessidade de trabalhar e falta de interesse são os principais motivos para os jovens terem abandonado ou nunca frequentado a escola (não terem se matriculado no 1º ano do ensino médio). Em relação ao gênero, observam-se motivos distintos. Para os homens, trabalhar e não ter interesse foram basicamente os motivos. Para as mulheres, não ter interesse em estudar, gravidez e trabalho foram as principais motivações. Mas, também, “11,5% das mulheres elegeram realizar os afazeres domésticos como principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens esse percentual foi inexpressivo” (IBGE, 2020);
- » doenças são um fator de risco para evasão e reprovação. Estudo nas escolas de ensino médio público do estado do Ceará mostrou que a variável “dengue” apresentou relação positiva e estatisticamente significativa com o percentual de abandono escolar (FREITAS, 2017);

- » adolescentes em conflito com a lei apresentam maior risco de evasão e reprovação. Trabalho intitulado Percurso e experiência escolar de adolescentes em conflito com a lei caracterizou, especificamente quanto aos jovens que participaram do estudo, que eles apresentavam defasagem idade-série escolar de 3,25 anos, em média, oriunda de reprovações e/ou evasões. Metade dos participantes abandonaram os estudos ao menos uma vez, antes dos 15 anos. A média de idade em que deixaram de frequentar a escola, pela primeira vez, é de 14,5 anos (FRANCO *et al.*, 2019);
- » ausência do registro civil de nascimento pode impedir o acesso a políticas públicas educacionais, bem como a outras que impactam a vida dos indivíduos, como programas de renda e acesso à saúde;
- » adolescentes que sofrem recorrentemente preconceito e *bullying* na escola apresentam maior risco de evasão e reprovação. Em estudo procedido com adolescentes do ensino médio em escolas do município de São Paulo, quanto aos sentimentos desvelados pelas vivências do preconceito e *bullying* na escola, foi observada a indicação da fuga e o abandono da escola em 7% das respostas (BRÊTAS; MORAES, 2020);
- » adolescentes que vivenciam situações de violência dentro ou fora da escola apresentam maior risco de evasão e reprovação. A pesquisa Impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza ilustra a relação da violência com a evasão escolar. Na pesquisa, foi evidenciado que a violência urbana apresenta um impacto positivo e estatisticamente robusto nas chances de uma maior evasão escolar, ou seja, escolas em municípios mais violentos têm maiores níveis de abandono de alunos (CASTELAR, 2012).

Efeitos da situação crítica

- » Os fatores apontados influenciam nos casos de repetência e, por possível consequência, evasão ao longo dos anos dos ensinos fundamental e médio.

Quadro 6 Outros fatores e associações com o PNE e os programas de governo

Associações com o PNE 2014-2024 e os programas de governo

Norma / Programa de governo	Dispositivo	Tema
PNE (Lei 13.005/2014)	Meta 2: estratégias 2.3, 2.4, 2.5, 2.8, 2.10 e 2.11	Universalização do ensino fundamental
	Meta 7: estratégias 7.23, 7.24, 7.26, 7.27, 7.29 e 7.30	Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem na educação básica

Fonte: Elaboração própria.

6. PRÓXIMOS PASSOS

Encerradas as definições iniciais quanto ao objeto de controle, o acesso às plataformas digitais para os TCs participantes da Rede Integrar é realizado através do [link](#) do *software* **Microsoft Power BI**, considerando que, até o momento, não estão todos os indicadores definidos no projeto.

É necessária a criação de um grupo de trabalho para **finalizar o painel de indicadores**, levando em consideração a definição de onde e sob responsabilidade de qual órgão será hospedada a solução tecnológica definitiva, uma vez que não há solução tecnológica contratada no TCU.

A última etapa da metodologia prevê uma análise qualitativa do objeto de controle ora selecionado (acesso ao ensino médio), por meio da leitura da **narrativa para identificação de riscos**, constante do relatório do Projeto Integrar. A narrativa aproxima-se da formulação de situações-problema. Neste relatório, foi apresentado um recorte da narrativa com foco no acesso ao ensino médio, mas o documento completo apresenta uma análise de indicadores relativos ao acesso e à proficiência em todas as etapas de ensino da educação básica.

Em alguns casos, as informações trazidas na narrativa serão suficientes para identificar objetos de controle (órgãos, entidades, programas, ações de governo) e definir propostas de fiscalização. Em outros, serão necessários estudos complementares, por meio de levantamentos ou produções de conhecimento.

O Projeto Integrar produziu ainda um **Referencial para Avaliação de Governança Multinível em Políticas Públicas Descentralizadas**, publicação que apresenta conceitos, componentes, critérios e ferramentas úteis à compreensão e avaliação da governança multinível. Este Referencial serve como documento de referência indutor para o trabalho cooperativo e integrado entre os tribunais de contas. Favorece uma compreensão ampla e sistêmica dos problemas de governança multinível, que variam em função do quadro normativo-constitucional de cada política pública, com suas diferentes formas de coordenação interfede-

rativa, intersetorialidade e aproximação com atores da sociedade civil. É desejável que o Referencial para Avaliação de Governança Multinível em Políticas Públicas Descentralizadas seja discutido entre os tribunais, como subsídio para o planejamento de fiscalização coordenada.

É necessária **articulação entre os TCs para planejamento de fiscalização coordenada na temática educação**, com foco no acesso ao ensino médio, com adesão voluntária dos tribunais, a se iniciar até o primeiro semestre de 2022. A fiscalização coordenada se propõe a trabalhar com indicadores que representam o nível nacional, para o alcance de uma visão sistêmica, mesmo se o trabalho individual dos tribunais for a nível estadual ou municipal.

Adicionalmente, **pode ser planejada uma programação de fiscalizações** de abrangência nacional ou regional na política educacional brasileira, a ser realizada nos anos subsequentes.

O planejamento da fiscalização envolverá formação de **subgrupo de trabalho**, com os principais objetivos:

- » comunicação com todos os tribunais, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Atricon, para definição formal dos participantes da fiscalização;
- » proposição e assinatura de instrumento jurídico para amparo à fiscalização;
- » definição de parâmetros de avaliação do objeto de controle acesso ao ensino médio, contemplando as especificidades regionais dos jurisdicionados, que serão tratadas em questões específicas;
- » definição de grupo coordenador da fiscalização, que ficará responsável pelo estabelecimento de cronograma, matriz de risco e questões de auditoria comuns a todos os TCs, execução da auditoria e relatório, com abertura para que cada tribunal tenha questões específicas sobre o tema.

Outros passos são necessários para a **definição de processo de trabalho conjunto entre os tribunais**, a fim de estabelecer **rotinas para realização periódica de fiscalizações coordenadas** na área de educação, e o **planejamento de como se dará a inserção periódica de novos dados alimentadores das plataformas digitais e de suas atualizações**. Para o planejamento de fiscalizações coordenadas, pode ser utilizado o guia do TCU Orientações sobre Auditorias Coordenadas (2020).

ANEXO I

RELAÇÃO GERAL DE MEMBROS

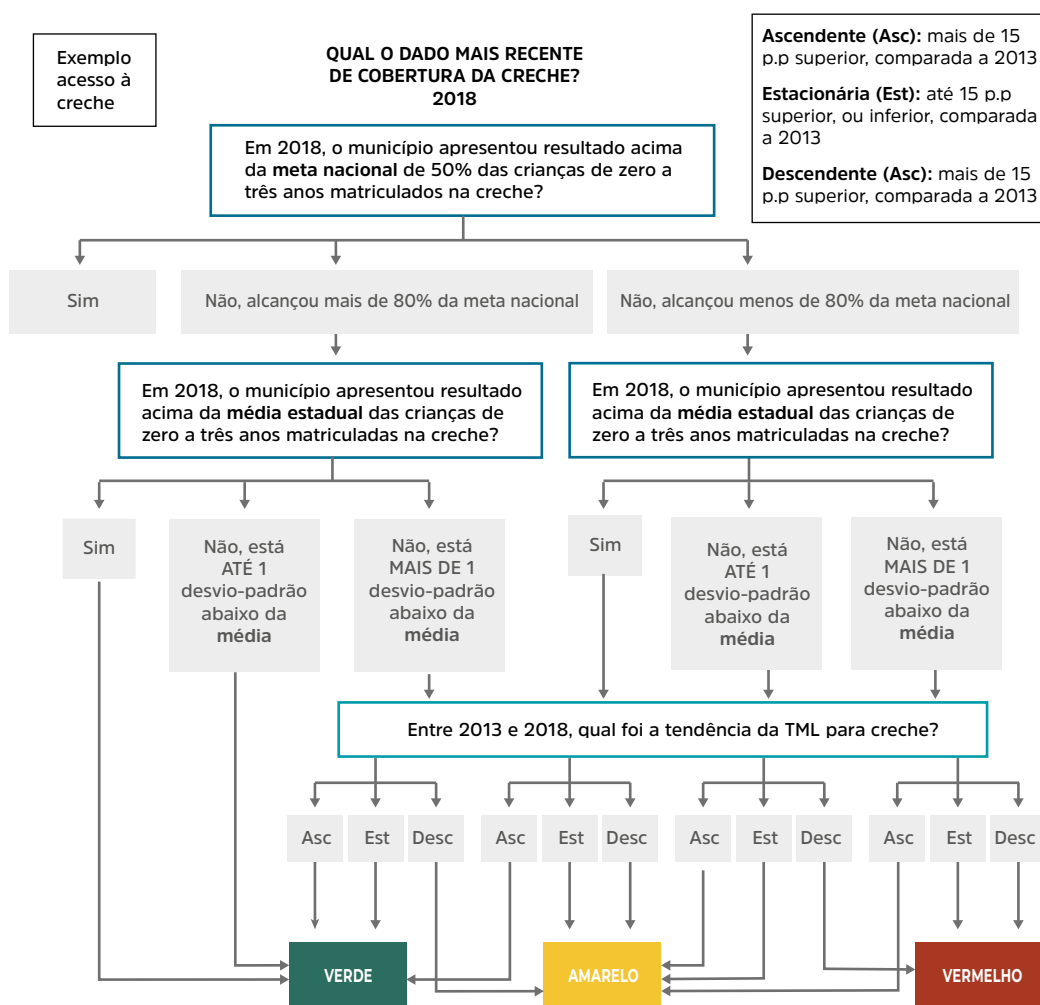
TCE/AC	
Magali Melo de Sampaio	
Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade	
TCE/BA	
Aline Kazuko Sonobe	
Augusto César Pinheiro de Mattos	
Thaiz Silveira Braga	
TCE/GO	
Camila Santos de Sá Carvalho	
Marcela de Mendonça Leão Jardim	
TCE/MG	
Andressa Santos Seixas	
Denise Maria Delgado	
TCE/MT	
Belízia Brito de Almeida	
Mônica Cristina dos Anjos Acendino	
Renan Godoi Ventura Menegão	
TCE/PB	
Lúcia Patrício de Souza Araújo	
TCE/PI	
Carolline Leite Lima Nascimento	
Ricardo de Sousa Mesquita	
TCE/RJ	
Ana Maria Furbino Bretas Barros	
Robson de Oliveira Aguiar	
TCE/RN	
Aleson Amaral de Araújo Silva	
Fladjane Raquel Soares de Souza	
Iana Silva Gomes de Lima	
TCE/RO	
Renata Marques Ferreira	
TCE/SC	
Michelle Fernanda de Conto El Achkar	
Sílvio Bhering Salum	
TCE/SE	
Shara Christina Ferreira Lessa Dantas	
TCM/GO	
Roberto de Carvalho Coutinho	
TCM/PA	
Ana Cristina Santos Sodré	
Everaldo Lino Alves	
Sílvia Miralha de Araújo Ribeiro	
TCM/RJ	
Jorge Sandro Carneiro Pinheiro	
TCM/SP	
Aline Ceresino	
Márcio Kawabata	
TCU	
Alípio Dias dos Santos Neto	
Darliton Dourado de Carvalho	
Vivian Andrade Viana	

ANEXO II

EXEMPLO DE ÁRVORE DE DECISÃO PARA ACESSO E PERMANÊNCIA

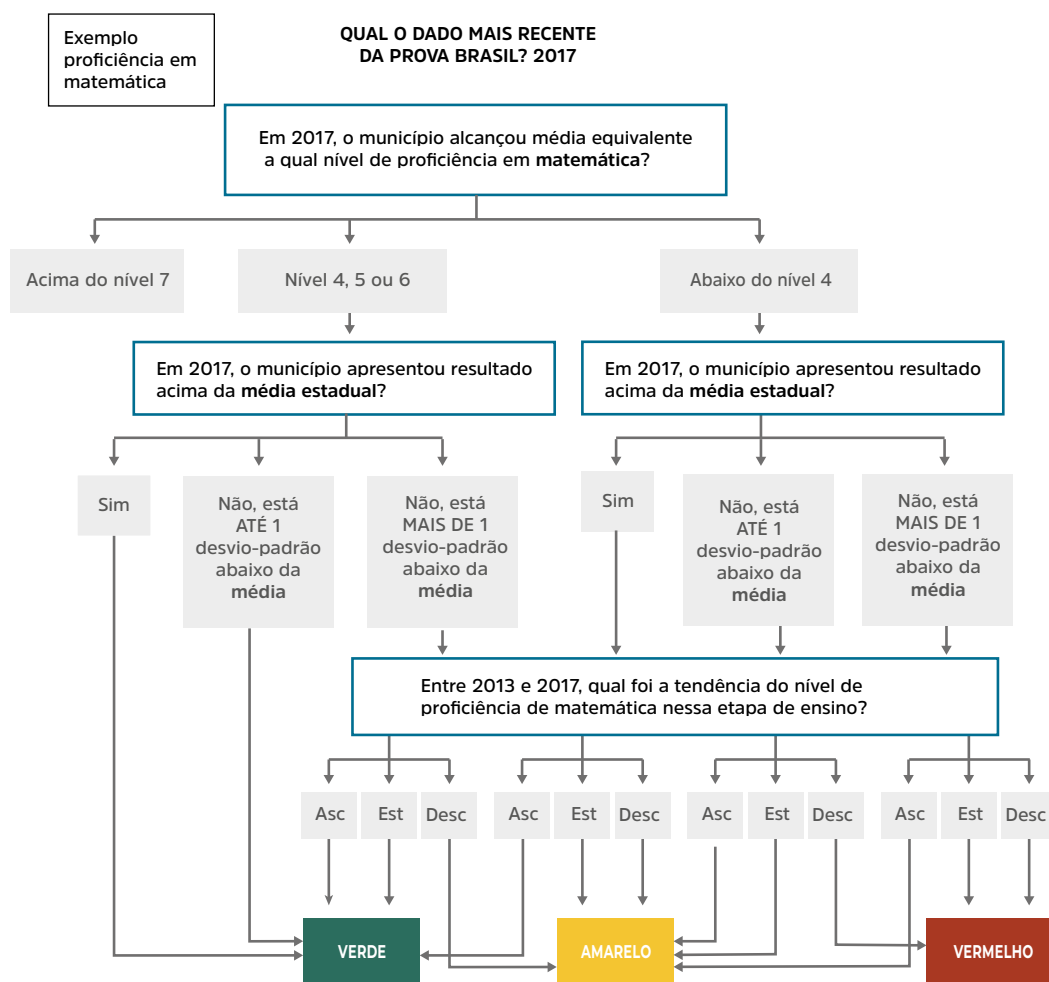
Com o resultado da aplicação do indicador do nível 1, **o ensino médio foi a etapa que apareceu com maior frequência no vermelho.**

Figura 1 – Acesso à creche - fluxo decisório



Fonte: Relatório Projeto Integrar.

Figura 2 – Proficiência em matemática - fluxo decisório



Fonte: Elaboração própria.

ANEXO III

RELAÇÃO DE INDICADORES DE SEGUNDO NÍVEL
RELACIONADOS AO “ACESSO AO ENSINO MÉDIO”

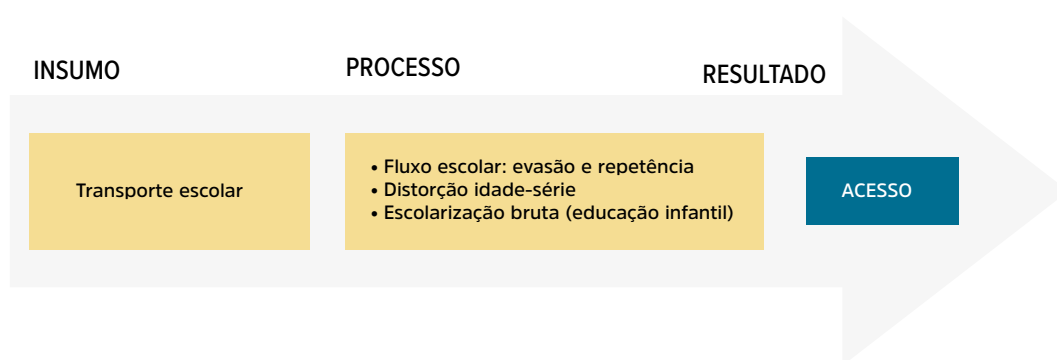
COD	Indicador proposto	Nível	Etapa	Dimensão	Fontes	Anos carregados
N1.01	Taxa líquida de matrícula (% da população em idade escolar matriculada na etapa adequada)	1º	Resultado	Acesso	Censo Inep e estimativa populacional TCE-SC	2013 a 2019
N1.02	Notas médias - Prova Brasil - língua portuguesa e matemática	1º	Resultado	Qualidade	Indicadores Inep	2013, 2015, 2017 e 2019
N2.01	Média de alunos por turma	2º	Processo	Qualidade	Indicadores Inep	2013 a 2020
N2.02	Taxa de evasão (fluxo)	2º	Processo	Acesso	Indicadores Inep	2014 a 2018
N2.03	Taxa de repetência (fluxo)	2º	Processo	Acesso	Indicadores Inep	2014 a 2018
N2.04	Índice de esforço docente	2º	Processo	Qualidade	Indicadores Inep	2013 a 2019
N2.05	Participação em consórcio de educação ou arranjo (sim/não)	2º	Contexto	Ambas	Conselho Nacional dos Municípios	2020
N2.06	Percentual de docentes com a formação adequada	2º	Insumo	Qualidade	Indicadores Inep	2013 a 2019
N2.07	Distorção idade-série	2º	Processo		Indicadores Inep	2013 a 2019
N2.08	IDHM / Inse-Inep	2º	Contexto		Indicadores Inep/ IBGE	IDH 2010 Inse 2015
N2.09	% de alunos da rede escolar pública moradores de domicílios rurais que usam transporte escolar público	2º	Processo	Acesso	Censo Educação Básica	2013 a 2019
N2.10	Indicador de infraestrutura (a ser construído)	2º	Insumo	Qualidade	Censo Educação Básica	2019
N2.11	Taxa de atendimento (% da população em idade escolar matriculada, independentemente da etapa)	2º	Processo	Acesso	Censo Educação Básica	2013 a 2019
N2.12	% de alunos que estudam em tempo integral (> 7h/dia)	2º	Processo	Qualidade	Censo Educação Básica	
N2.13	Percentual das receitas de impostos em relação à receita total	2º	Contexto	Qualidade	Indicador Siope 6.2	2014 a 2019
N2.14	Percentual das receitas de transferências constitucionais em relação à receita total	2º	Contexto	Qualidade	Indicador Siope 6.3	2014 a 2019
N2.15	Gasto por aluno da educação básica	2º	Contexto	Qualidade	Indicador Inep 4.8	2014 a 2019

ANEXO IV

INDICADORES DE SEGUNDO NÍVEL ASSOCIADOS AO ACESSO E À PROFICIÊNCIA

Indicadores associados ao acesso: alcance do transporte escolar, fluxo escolar (evasão e repetência), distorção idade-série e escolarização bruta.

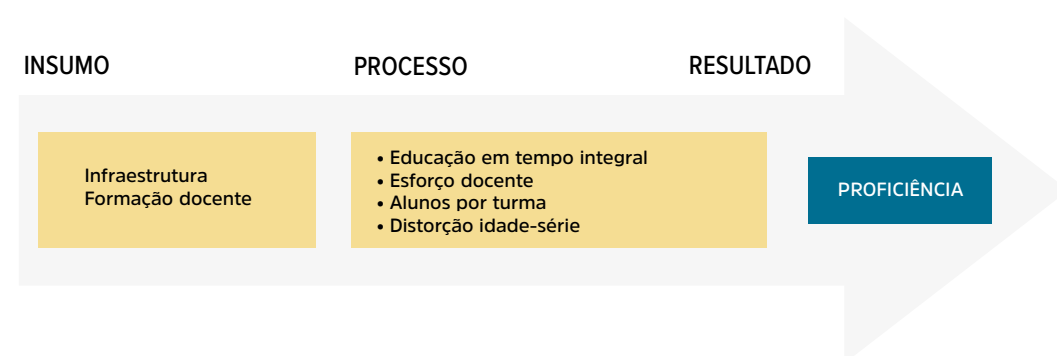
Figura 1 – Acesso



Fonte: Projeto Integrar: propostas para o fortalecimento do CE de políticas públicas descentralizadas (peça 1).

Indicadores associados à proficiência: **infraestrutura e formação do docente**, como insumos. Indicadores associados aos processos: taxa de educação em **tempo integral**, **esforço docente**, **alunos por turma e distorção idade-série**.

Figura 2 – Proficiência



Fonte: XXXX.

ANEXO V

DETALHAMENTO DOS NÍVEIS DE CRITICIDADE DOS INDICADORES DE SEGUNDO NÍVEL E CONTEXTO

Indicadores de segundo nível

Taxa de Evasão e Repetência Escolar

Fluxo (transição) escolar – Os indicadores de fluxo escolar avaliam a transição do aluno entre dois anos consecutivos, considerando os seguintes cenários possíveis: promoção, repetência, evasão escolar e migração para EJA.

Aluno repetente = aluno na etapa k, no ano t, que, no ano t + 1, esteja matriculado em etapa igual ou inferior a k.

As taxas de transição (fluxo escolar) de uma dada etapa são calculadas considerando a proporção de alunos em cada uma das situações acima. Por exemplo, a taxa de promoção do 1º ano do ensino fundamental para o Brasil, referente à transição entre 2014 e 2015, corresponde à divisão entre o número de alunos promovidos e o total de alunos dessa etapa em 2014 (que equivale à soma de promovidos, repetentes, evadidos e alunos que migraram para EJA). Ou seja, corresponde à proporção de alunos que, estando matriculados no 1º ano do ensino fundamental em 2014, foram promovidos. Valendo o mesmo raciocínio para as taxas de repetência, evasão e migração para a EJA.

Tabela 1 – Fluxo escolar

Estado	Limite inferior evasão (desvio-padrão)	Limite superior evasão (desvio-padrão)	Limite inferior repetência (desvio-padrão)	Limite superior repetência (desvio-padrão)
AC	7,45	10,36	5,91	10,01
AL	6,50	10,56	3,53	8,23
AM	6,02	8,91	4,59	7,65
AP	8,32	11,94	9,16	15,61
BA	6,38	9,99	7,88	13,59
CE	6,44	9,15	1,79	4,15
DF	0,00	9,60	0,00	11,60
ES	6,21	8,74	2,18	7,76
GO	4,03	7,10	0,77	3,39
MA	7,30	11,01	3,40	6,83
MG	5,03	8,45	4,53	9,40
MS	8,67	13,10	5,93	10,31
MT	8,49	12,26	9,21	14,94

Estado	Limite inferior evasão (desvio-padrão)	Limite superior evasão (desvio-padrão)	Limite inferior repetência (desvio-padrão)	Limite superior repetência (desvio-padrão)
PA	11,14	15,14	7,47	11,50
PB	4,91	10,12	4,58	10,53
PE	4,73	7,29	2,19	4,88
PI	4,62	9,64	2,69	7,62
PR	6,02	9,56	5,91	11,04
RJ	5,76	8,00	6,55	9,60
RN	7,60	13,38	5,32	13,93
RO	6,47	9,93	1,40	4,84
RR	7,73	10,59	4,81	8,64
RS	5,18	11,05	4,68	11,56
SC	5,20	9,26	2,67	6,34
SE	7,62	11,68	6,42	12,68
SP	3,74	6,37	1,55	4,94
TO	5,49	9,22	2,41	6,91

Fonte: XXXX.

Distorção Idade-Série

A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. A distorção idade-série é o indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no censo escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, acaba repetindo uma mesma série. Nessa situação, dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

Tabela 2 – Distorção idade-série

Estado	Limite inferior distorção (desvio-padrão)	Limite superior distorção (desvio-padrão)
AC	23,89	34,87
AL	28,78	36,64
AM	36,66	46,14
AP	34,27	42,09
BA	34,66	43,72
CE	15,67	23,29
DF	0,00	28,60
ES	16,95	23,75
GO	12,74	19,94
MA	28,29	36,67
MG	15,09	23,03
MS	26,36	33,39
MT	17,37	25,98
PA	43,76	52,56
PB	24,68	34,83
PE	18,94	26,00
PI	27,40	38,25
PR	13,29	19,63
RJ	29,78	36,39
RN	33,72	45,78
RO	22,39	28,78
RR	25,62	31,73
RS	14,95	25,59
SC	13,38	20,03
SE	40,58	49,01
SP	5,64	11,33
TO	21,95	30,17

Fonte: XXXX.

Transporte

O indicador mensura o percentual de alunos da rede escolar pública moradores de domicílios rurais que usam transporte escolar público. Interessa saber o acesso dos alunos que moram na zona rural e usam transporte público para acessar a escola, independentemente da localidade.

A pergunta que se quer responder: os alunos da rede escolar pública moradores de domicílios rurais têm acesso adequado ao transporte escolar público?

- » Numerador: quantidade de alunos da rede pública e com domicílio rural que usa transporte público
- » Denominador: quantidade de alunos da rede pública e com domicílio rural

Tabela 3 – Acesso ao transporte escolar

Estado	Limite inferior transporte (desvio-padrão)	Limite superior transporte (desvio-padrão)
AC	37,99	58,33
AL	48,63	64,44
AM	21,21	47,64
AP	28,02	47,79
BA	46,63	63,84
CE	52,56	68,39
DF	-	58,31
ES	58,27	74,65
GO	53,62	68,06
MA	18,19	39,50
MG	61,29	77,73
MS	59,26	76,19
MT	41,70	59,65
PA	36,49	58,54
PB	46,25	63,42
PE	46,35	63,86
PI	50,51	67,68
PR	51,05	70,80
RJ	41,40	61,39
RN	45,78	63,30
RO	69,14	83,66
RR	27,36	43,57
RS	67,54	81,74
SC	63,69	78,10
SE	37,93	54,08
SP	47,06	74,08
TO	55,21	73,90

Fonte: XXXX.

Infraestrutura Escolar

O indicador foi construído para utilização pela Rede Integrar, contendo as seguintes características:

- » Categoria 1: infraestrutura básica e acessibilidade;
- » Categoria 2: espaços para prática esportiva e recreativa;
- » Categoria 3: itens tecnológicos e laboratoriais;

- » Categoria 4: alimentação;
- » Categoria 5: itens pedagógicos.

O indicador de infraestrutura final para cada escola é a média dos resultados escolares em cada uma das cinco categorias acima.

O indicador de infraestrutura municipal é a média ponderada dos indicadores escolares pela quantidade de matrículas em cada escola.

Tabela 4 – Indicador de infraestrutura escolar

Estado	Média estadual	Desvio-padrão	Limite (média+desvio)
AC	0,4291	0,0756	0,5047
AL	0,5011	0,0681	0,5692
AM	0,4265	0,0583	0,4848
AP	0,4816	0,0587	0,5403
BA	0,4579	0,0551	0,513
CE	0,5503	0,0505	0,6008
DF	0,6311	-	-
ES	0,6338	0,0543	0,6881
GO	0,5771	0,0565	0,6336
MA	0,3843	0,0614	0,4457
MG	0,634	0,0647	0,6987
MS	0,6385	0,0592	0,6977
MT	0,6157	0,0678	0,6835
PA	0,4449	0,0754	0,5203
PB	0,5188	0,0621	0,5809
PE	0,5057	0,0558	0,5615
PI	0,4565	0,0623	0,5188
PR	0,6795	0,0486	0,7281
RJ	0,6433	0,0467	0,69
RN	0,5266	0,0641	0,5906
RO	0,614	0,0597	0,6737
RR	0,4497	0,1092	0,5589
RS	0,6318	0,0678	0,6996
SC	0,6445	0,063	0,7075
SE	0,5069	0,0529	0,5598
SP	0,6244	0,0513	0,6757
TO	0,5555	0,0654	0,6209

Fonte: XXXX.

Indicadores de contexto

IDHM – Índice de Desenvolvimento HumanoMunicipal

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Em 2013, o Pnud Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o IDH municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros, a partir de dados do censo demográfico de 2010. Também se recalculou o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010. O IDHM é resultante da média geométrica dos IDHs longevidade, IDHM educação IDHM renda.

O acesso ao conhecimento é medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de cinco a seis anos frequentando a escola, jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos censos demográficos do IBGE.

Os países são divididos em categorias de acordo com seus respectivos IDHs:

- » IDH baixo: reúne todos os países que apresentam IDH abaixo de 0,500;
- » IDH médio: países com IDH entre 0,500 e 0,799;
- » IDH alto: países com desenvolvimento humano entre 0,800 e 0,899;
- » IDH muito alto: países cujo índice encontra-se igual ou acima de 0,900.

Os dados do IDH são divulgados em relatórios anuais, pela Organização das Nações Unidas (ONU), podendo apresentar grandes variações de um ano para outro, principalmente se houver alterações nos métodos matemáticos empregados.

IDHM: Tabela 5 – Classificação de IDH

Limite baixo	Limite médio	Limite alto	Limite muito alto
0,549	0,699	0,799	1

Fonte: XXXX.

INSE–Índice de Nível Socioeconômico

O **Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica** (Inse) está disponível para consulta no portal do Inep. O indicador permite contextualizar o desempenho das escolas nas avaliações e nos exames realizados pelo instituto. As bases para a construção do Inse foram os microdados dos questionários contextuais dos participantes do Saeb e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Inse é comparável ao IDHM de renda.

As questões utilizadas dizem respeito a renda familiar, posse de bens e contratação de serviços de empregados domésticos pela família dos estudantes, além do nível de escolaridade de seus pais ou responsáveis. No âmbito da escola, foram consideradas somente as que tinham dez ou mais alunos pertencentes ao universo de referência.

Para o cálculo do Inse, o Inep considerou os questionários de, aproximadamente, 3,8 milhões de estudantes, que participaram, de forma censitária, do Saeb 2015. Além deles, foram considerados 71 mil questionários de participantes que fizeram parte da amostra, utilizando os mesmos instrumentos e a mesma metodologia da avaliação censitária. As respostas dos estudantes das escolas e dos municípios que não tiveram resultados divulgados no Saeb 2015, por não se enquadrarem nos critérios, não foram utilizadas para a composição do indicador.

A descrição dos níveis da escala do Inse referente aos estudantes, que possibilita uma visão geral do padrão de vida dos alunos situados em cada nível da escala, está descrita abaixo.

Quadro 1 – Níveis de padrão de vida dos alunos

DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS SOCIOECONÔMICOS DOS ALUNOS

Nível I: É o menor nível da escala. De modo geral, os alunos indicaram que há em suas casas bens elementares, como uma televisão em cores, uma geladeira, um telefone celular, até dois quartos no domicílio e um banheiro. Também informaram que não contratam empregada mensalista nem diarista. A renda familiar mensal é de até um salário mínimo e os pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.

DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS SOCIOECONÔMICOS DOS ALUNOS

Nível II: Os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos e um banheiro. Possuem bem complementar, como videocassete ou DVD. Não contratam empregada mensalista nem diarista e têm renda familiar mensal de até um salário mínimo. Os pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.

Nível III: Os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos e um banheiro, e bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador. Também possuem acesso à internet. Não contratam empregada mensalista nem diarista. A renda familiar mensal está entre 1 e 1,5 salário mínimo e o pai e a mãe (ou os responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.

Nível IV: Os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas bens elementares, como um rádio, uma geladeira, dois telefones celulares, até dois quartos e um banheiro e, agora, duas ou mais televisões em cores. Também possuem bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à internet. Além disso, dispõem de bens suplementares, como freezer, um ou mais telefones fixos e um carro. Não contratam empregada mensalista ou diarista. A renda familiar mensal está entre 1,5 e 5 salários mínimos. O pai e a mãe (ou os responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino.

Nível V: Os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas um quantitativo maior de bens elementares, como três quartos e dois banheiros; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à internet; bens suplementares, como freezer, um ou mais telefones fixos, um carro, além de uma TV por assinatura e um aspirador de pó. Não contratam empregada mensalista nem diarista. A renda familiar mensal é maior, pois está entre cinco e sete salários mínimos. O pai e a mãe (ou os responsáveis) completaram o ensino médio.

Nível VI: Os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas um quantitativo alto de bens elementares, como três quartos e três banheiros; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à internet; bens suplementares, como freezer, telefones fixos, uma TV por assinatura, um aspirador de pó e, agora, dois carros. Não contratam empregada mensalista nem diarista. A renda familiar está acima de sete salários mínimos e o pai e a mãe (ou os responsáveis) completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

Nível VII: Este é o maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas um quantitativo alto de bens elementares, como duas ou mais geladeiras e três ou mais televisões em cores, por exemplo; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à internet; maior quantidade de bens suplementares, tal como três ou mais carros e TV por assinatura. Também contratam empregada mensalista ou diarista até duas vezes por semana. A renda familiar mensal é alta, pois está acima de sete salários mínimos, e o pai e a mãe (ou os responsáveis) completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

Fonte: XXXX.

O nível socioeconômico da escola foi definido como a média aritmética simples da medida de nível socioeconômico de seus respectivos alunos.

INSE:Tabela 6 – Classificação do nível socioeconômico

Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	Nível V	Nível VI	Nível VII
30	40	50	60	70	80	100

Fonte: XXXX.

Gasto por aluno

Este indicador é calculado e disponibilizado pelo FNDE no portal do sistema Siope.

O conhecimento deste indicador é fundamental para situar o patamar de gasto destinado por aluno entre diferentes municípios brasileiros e poderá traçar o perfil e o “esforço” no atendimento educacional.

O cálculo do indicador é feito por meio da seguinte fórmula:

$$\% \text{ Gasto por aluno} = \text{Despesas com MDE} / \text{Total alunos} \times 100$$

Despesa com MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) e Total Alunos = Número total de alunos matriculados na educação básica

Tabela 7 – Gastos por aluno

Estado	Limite inferior gasto por aluno (desvio-padrão)	Limite superior gasto por aluno (desvio-padrão)
AC	3066,70	4425,06
AL	2469,24	3779,48
AM	2832,62	3896,51
AP	2823,08	4553,95
BA	3026,26	4203,48
CE	3836,64	4672,43
DF	-	-
ES	3594,24	5078,72
GO	5031,02	7240,26
MA	2880,58	3937,08
MG	3705,68	5927,57
MS	5842,26	7649,82
MT	5666,61	7265,54
PA	2957,97	3996,94

Estado	Limite inferior gasto por aluno (desvio-padrão)	Limite superior gasto por aluno (desvio-padrão)
PB	3234,57	4683,01
PE	3294,81	4454,73
PI	3075,19	3965,82
PR	5200,15	6945,60
RJ	3421,34	5460,53
RN	3328,01	4877,38
RO	4501,27	5652,81
RR	3423,99	4856,70
RS	6215,54	9214,65
SC	5699,41	7664,71
SE	3577,77	4990,65
SP	4978,62	7192,74
TO	4330,37	6126,37

Fonte: XXXX.

Parâmetros nacionais:

Tabela 8 – Gastos por aluno

Limite inferior gasto por aluno	Limite superior gasto por aluno
3594,64	6082,50

Fonte: XXXX.

ANEXO VI

ESPECIFICAÇÕES SOBRE INDICADORES DE SEGUNDO NÍVEL - INSUMO E PROCESSO

Relatamos, a seguir, as principais especificações adotadas durante o processo de definições conceituais e de parâmetros de criticidade dos indicadores de segundo nível.

Quadro 1 – Especificações de acesso e proficiência

Resultados	Indicadores de processo	Indicadores de insumo
Acesso	» Fluxo escolar: evasão e repetência	
	» Distorção idade-série	» Transporte escolar
	» Escolarização bruta (educação infantil)	
Proficiência	» Educação em tempo integral	
	» Esforço docente	» Infraestrutura
	» Alunos por turma	» Formação docente
	» Distorção idade-série	

Fonte: XXXX.

Indicadores de segundo nível

Fluxo escolar: evasão e repetência

Os indicadores de fluxo escolar avaliam a transição do aluno entre dois anos consecutivos, considerando os seguintes cenários possíveis: promoção, **repetência**, migração para EJA e **evasão escolar**.

Não são calculados para educação infantil. Não há dados separados por dependências administrativas estadual ou municipal. Só há agrupamento por rede pública ou privada. Não há dados combinados de localização da escola e dependência administrativa.

Taxa de Evasão Escolar:

Aa evasão escolar considera os alunos que deixaram de frequentar a escola no ano seguinte e, também, engloba os alunos que saíram das etapas seriadas do ensino regular e migraram para a EJA no ano seguinte.

Taxa de repetência: $\text{aluno repetente} = \text{aluno na etapa } k, \text{ no ano } t, \text{ que no ano } t + 1 \text{ esteja matriculado em etapa igual ou inferior a } k.$

Distorção idade-série

A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no censo escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de

escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

Escolarização bruta (educação infantil)

Medida pela taxa de atendimento escolar das crianças de zero a três e quatro e cinco anos de idade.

Matrículas líquidas: elaboradas com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica, publicadas anualmente pelo Inep. Esse documento usa o endereço da escola. Por isso pode haver municípios que extrapolam a capacidade de matrículas (maior que 100%), já que há alunos que moram em outra cidade, mas estão matriculados em determinada escola de um determinado município.

Se usarmos o endereço do aluno, os valores de matrículas são diferentes, mas não é a metodologia usada pelo Inep.

Estimação populacional para cálculo da taxa de atendimento escolar: não houve censo em 2020, por isso optou-se pelo método de componentes demográficos para a estimativa populacional. Os dados dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e da Receita Federal também são usados para estimar a migração entre municípios.

A taxa de nascidos vivos compreende os nascidos de acordo com o calendário escolar e não o ano civil.

Taxa de atendimento escolar das crianças de zero a três anos e quatro e cinco (acesso à educação infantil): os indicadores foram desagregados na educação infantil e foi proposto dar essa segmentação de acordo com as faixas etárias.

Educação em tempo integral

Indicador de quantos alunos estão em tempo integral no município: total de matrículas públicas em tempo integral. Variável separada por etapa de ensino.

Considera-se a meta 6A da educação integral no PNE: atendimento de, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Esforço docente

Baseado nos aspectos que contribuem para a sobrecarga no exercício da profissão de educador. O indicador é dividido em seis níveis e informa: número de escolas em que o docente atua; número de turnos de trabalho, número de alunos atendidos e número de etapas nas quais leciona. O maior esforço docente é caracterizado pelos níveis 5 e 6.

Apesar de não existir um parâmetro específico para esse indicador, há o parâmetro da jornada de trabalho docente, que poderá influenciá-lo: jornada semanal de trabalho: 40 h; jornada sem interação com educandos: 33,4%; jornada com interação com educandos: 66,6% (LDE, 2020). Acrescenta-se que a Lei 11.738/2008 estabelece o cumprimento de 1/3 da jornada sem interação com educandos.

Alunos por turma

O indicador é a média de alunos por turma e corresponde à divisão do número de matrículas pelo número de turmas.

Transporte escolar

Indicador formado pelo percentual de alunos da rede escolar pública, moradores de domicílios rurais, que usam transporte escolar público.

Proficiência

Falta informação

Infraestrutura

Calculado de acordo com os dados do censo escolar. Separado em cinco categorias:

- » Infraestrutura básica e acessibilidade;
- » Espaço para práticas esportivas e de recreação;
- » Itens tecnológicos e laboratoriais;
- » Alimentação
- » Espaço e itens pedagógicos.

Itens tecnológicos: se refere a computador, *tablet* ou *desktop*, indistintamente. O indicador vai de 0 (não tem equipamento tecnológico na escola disponível para os alunos) a 1 (tem um equipamento tecnológico na escola disponível para cada aluno) dividido em decis. Os valores diferem para cada etapa de ensino e não por estado.

Cada escola tem seu indicador de infraestrutura. O indicador municipal é a média das escolas ponderada pelo número de alunos.

Formação docente

Nome oficial do indicador: adequação da formação docente. No painel de indicadores, o sub-grupo optou pelo nome formação docente, considerando o contexto de controle externo, pois a intenção é encontrar onde está o problema de formação inadequada de educadores.

O Inep apresenta cinco perfis de regência do indicador, conforme segue:

- » **grupo 1:** docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído;
- » **grupo 2:** docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica;
- » **grupo 3:** docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona;
- » **grupo 4:** docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores;
- » **grupo 5:** docentes que não possuem curso superior completo.

Indicadores de contexto

Para esses indicadores, o agrupamento dos municípios está baseado no porte do município: até 5.000 habitantes, de 5.001 a 10.000 habitantes, de 10.001 a 20.000 habitantes, de 20.001 a 50.000 habitantes, de 50.001 a 100.000 habitantes, de 100.001 a 500.000 habitantes e mais de 500.000 habitantes.

Os indicadores são compostos pelo desvio-padrão (fornece informações complementares à informação da média aritmética e avalia a dispersão do conjunto de valores em análise) e coeficiente de variação (medida de dispersão relativa em relação à média).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O IDHM é composto pelos níveis de renda, educação e longevidade da população.

A maioria dos municípios brasileiros (principalmente as Regiões Norte e Nordeste) se encontram nas faixas de médio e baixo IDHM. As Regiões Sul e Sudeste tendem a ter índices médios e altos de IDHM, porém com problemas de acesso ao ensino médio. A Região Centro-Oeste está em uma faixa mais mediana nesse indicador.

Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica

As questões utilizadas dizem respeito a renda familiar, posse de bens e contratação de serviços de empregados domésticos pela família dos estudantes, além de nível de escolaridade dos pais ou responsáveis. No âmbito da escola, foram consideradas somente as que tinham dez ou mais alunos pertencentes ao universo de referência. No âmbito da escola, foram consideradas somente as que tinham dez ou mais alunos pertencentes ao universo de referência.

O INSE está disponível por escola. O valor por município, INSE médio municipal é a média aritmética simples dos estudantes, de escolas do município, que tiveram a medida calculada.

Participação em consórcio público de educação

Indica se o município participa ou não de consórcio com outros municípios. Os consórcios públicos são conceituados como pessoas jurídicas formadas exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituídas como associações públicas, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos. Sobre a participação em Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) não há informação consolidada.

Alunos da rede pública matriculados na rede estadual

Cálculo do indicador

% Alunos infantil na rede estadual = Matrículas da educação infantil/fundamental / Total de alunos rede estadual x 100

Educação infantil e ensino fundamental: número de matrículas de educação infantil e fundamental na rede pública

Total de alunos na rede estadual (infantil, fundamental e médio)

Indicadores de financiamento

Percentual das receitas de impostos em relação à receita total

Este indicador é calculado e disponibilizado pelo FNDE no portal do Siope: indicador 6.2 - percentual das receitas de impostos em relação à receita total, cuja finalidade é dimensionar a capacidade de arrecadação.

Cálculo do indicador

% RecImpostos_RecTotal = Receitas_impostos / Receita_total x 100

Receitas impostos = valor das receitas de impostos diretamente arrecadados

Receitas totais = receitas impostos + receitas constitucionais

Percentual das receitas de transferências constitucionais em relação à receita total

Este indicador é calculado e disponibilizado pelo FNDE no portal do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope): indicador 6.3, cuja finalidade é dimensionar o grau de dependência em relação aos recursos transferidos de outras esferas de governo.

Cálculo do Indicador

% RecTranscon_RecTotal = Receitas_Transcon / Receita_Total x 100

Receitas Transcon = Valor das receitas de transferências constitucionais

Receitas Totais = Receitas Impostos + Receitas Constitucionais + Outras receitas

Uma limitação desses indicadores é que os dados são obtidos do Siope e há estados e municípios que não divulgam seus dados por esse sistema e, portanto, não estão cobertos pelos indicadores.

No Siope, constam indicadores da receita, mas não das despesas.

Investimento educacional por aluno da educação básica

Gasto por aluno: a referência é uma escala nacional. Um dos objetivos é analisar o quão desprivilegiados estão alguns municípios, para possível definição de objetos de controle. A fonte de dados do gasto por aluno é o Siope, o que pode gerar alguma inconsistência, reiterando que há municípios e estados que não preenchem o sistema. O valor gasto por aluno advindo do Fundeb não considera regiões. É um mínimo geral. Há municípios que necessitam de complementação do Fundeb, por não terem receita própria. Há, também, situações em que os municípios têm baixo gasto por aluno, não por gastar menos, mas por fornecer acesso para um número elevado de alunos (por exemplo, quando moradores de municípios vizinhos usam a rede escolar municipal).

ANEXO VII

MUNICÍPIOS COM BAIXOS RESULTADOS NO ACESSO AO ENSINO MÉDIO

AC			
» Santa Rosa do Purus	» Tarauacá	» Rodrigues Alves	» Capixaba
» Xapuri	» Sena Madureira	» Jordão	
AL			
» Jaramataia	» Carneiros	» Belo Monte	» Ouro Branco
» Barra de Santo Antônio	» Olivença	» Atalaia	
	» Novo Lino	» Chã Preta	
AM			
» Manaquiri	» Maués	» Lábrea	» Beruri
» Tonantins	» Envira	» Novo Airão	» Caapiranga
» Uarini	» Ipixuna	» Borba	» Santa Isabel do Rio Negro
AP			
» Vitória do Jari	» Mazagão	» Itaubal	» do Amapari
» Cutias	» Amapá	» Serra do Navio	
» Tartarugalzinho	» Laranjal do Jari	» Ferreira Gomes	
» Pracuúba	» Calçoene	» Pedra Branca	
BA			
» Itapicuru	» Taperoá	» Conde	» Muquém de São Francisco
» Teolândia	» Santa Luzia	» Irajuba	
» Pirai do Norte	» Encruzilhada	» Carinhanha	» Itaguaçu da Bahia
» Campo Alegre de Lourdes	» Ribeira do Amparo	» Gongogi	» Itaju do Colônia
» Aramari	» Lençóis	» Pindobaçu	» Bonito
» Novo Triunfo	» Esplanada	» Curaçá	» Pau Brasil
» Itarantim	» Caatiba	» Aiquara	» Oliveira dos Brejinhos
» Igrapiúna	» Umburanas	» Teodoro Sampaio	» Ibicuí
» Várzea da Roça	» Pilão Arcado	» Itamari	» Palmas de Monte Alto
» Ubatã	» Terra Nova	» Camacan	» Antônio Gonçalves
» Camamu	» Várzea do Poço	» Amélia Rodrigues	» Gavião
» Arataca	» Cardeal da Silva	» Sebastião Laranjeiras	» Macarani
» Biritinga	» Antas	» Macajuba	» Itagimirim
» Miguel Calmon	» Apuarema	» Teofilândia	» Novo Horizonte
» Aurelino Leal	» Nova Canaã	» São Gonçalo dos Campos	» Cairu
» Adustina	» Wenceslau Guimarães	» Ibicoara	» Jaguaripe
» Araci	» Piritiba	» Água Fria	» Presidente Dutra
» Ituberá	» Itapebi		

CE

- | | | | |
|-----------|---------------------|--------------------|----------------|
| » Uruoca | » Santana do Cariri | » Baturité | » Paramoti |
| » Graça | » Altaneira | » Acarape | » Morrinhos |
| » Mucambo | » Icapuí | » São Luís do Curu | » Pacoti |
| | | | » Guaramiranga |

ES

- | | | | |
|----------------------|---------------|-------------------|--------------|
| » Jerônimo Monteiro | » Fundão | » Vila Valério | » Governador |
| » Vargem Alta | » Itapemirim | » Atilio Vivacqua | Lindenberg |
| » Bom Jesus do Norte | » Rio Bananal | » Irupi | » Ponto Belo |
| » Sooretama | » João Neiva | » Muqui | » Mucurici |

GO

- | | | | |
|-------------------|----------------------|------------------|---------------------|
| » Padre Bernardo | » Teresina de Goiás | » Nova Glória | » Anhanguera |
| » Flores de Goiás | » Córrego do Ouro | » Goiandira | » Ipiranga de Goiás |
| » Novo Gama | » Buriti Alegre | » Nova Veneza | » Damolândia |
| » Joviânia | » Aragoiânia | » Santa Rita do | » Cromínia |
| » Água Limpa | » São João d'Aliança | Novo Destino | » Nova Aurora |
| » Mineiros | » Montividiu | » Colinas do Sul | |
| » Aragarças | » Paranaiguara | » Santa Bárbara | |
| » Alto Horizonte | » Sítio d'Abadia | de Goiás | |

MA

- | | | | |
|------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|
| » Bom Jardim | » Primeira Cruz | » Bela Vista do | » Palmeirândia |
| » Alto Parnaíba | » Cantanhede | Maranhão | » São João do Carú |
| » Conceição do | » Godofredo Viana | » Marajá do Sena | » Nova Iorque |
| Lago-Açu | » Feira Nova do | » Parnarama | » Tuntum |
| » Araioses | Maranhão | » Milagres do Maranhão | » Pirapemas |
| » Maracaçumé | » São João do Soter | » Santa Helena | » Peri Mirim |
| » Fernando Falcão | » Arame | » Serrano do Maranhão | » Jenipapo dos Vieiras |
| » Aldeias Altas | » Amarante do Maranhão | » Boa Vista do Gurupi | » Trizidela do Vale |
| » Araguanã | » Governador | » Estreito | » Governador |
| » São Francisco | Newton Bello | » Centro Novo do | Eugênio Barros |
| do Brejão | » Pedro do Rosário | Maranhão | » Porto Rico do |
| » São Francisco | » Montes Altos | » Nina Rodrigues | Maranhão |
| do Maranhão | » Governador | » Vila Nova dos Martírios | » Jatobá |
| » Bom Jesus das Selvas | Edison Lobão | » Centro do Guilherme | » Bacurituba |
| » Paulo Ramos | » Monção | » Mirador | » Tufilândia |
| » Buritirana | » São Vicente Ferrer | » Itaipava do Grajaú | » Satubinha |
| » São Domingos | » Santana do Maranhão | | » Fortuna |
| do Azeitão | | | » Presidente Juscelino |
| | | | » Sucupira do Riachão |

MG

» Simão Pereira	» Conselheiro Pena	» Frei Inocência	» Conquista
» Medeiros	» Manhumirim	» Buritizeiro	» Piedade de
» Fronteira	» Pedras de Maria	» Rio Preto	» Ponte Nova
» Bocaina de Minas	» da Cruz	» Mariana	» Pirajuba
» Córrego Danta	» Urucuia	» Nacip Raydan	» Congonhal
» Gurinhatã	» São Romão	» Planura	» Lontra
» Campos Altos	» Capinópolis	» Santa Cruz de Minas	» Joaquim Felício
» Nova Porteirinha	» Icaraí de Minas	» Candeias	» São João do
» Aimorés	» Resplendor	» São João	» Manutenha
» Recreio	» Engenheiro Caldas	» Nepomuceno	» Riachinho
» Astolfo Dutra	» Ipiacú	» Várzea da Palma	» Santa Bárbara do
» Fortaleza de Minas	» Santo Antônio	» Piraúba	» Monte Verde
» Volta Grande	» do Jacinto	» Lajinha	» Cuparaque
» Tiradentes	» Delta	» Pedro Teixeira	» Berizal
» São Francisco	» Ponto Chique	» Bom Jesus da Penha	» Nanuque
» de Sales	» Josenópolis	» Senador Cortes	» Monte Sião
» Borda da Mata	» Cordislândia	» Jequitai	» Itamarati de Minas
» Santana do Paraíso	» Mathias Lobato	» Araporã	» São Gonçalo
» Eugenópolis	» Carneirinho	» Biquinhas	» do Abaeté
» Itambacuri	» Estrela do Sul	» São José da Barra	» São Geraldo
» Veríssimo	» Capitão Andrade		» do Baixo

MS

» Sidrolândia	» Itaquiraí	» Paranhos	» Porto Murtinho
» Ribas do Rio Pardo	» Anastácio	» Juti	» Tacuru
» Laguna Carapã	» Nova Alvorada do Sul	» Amambai	» Miranda
» Itaporã	» Alcínópolis	» Maracaju	» Santa Rita do Pardo
» Caarapó		» Coronel Sapucaia	

MT

» Tesouro	» Campinápolis	» General Carneiro	» São Pedro da Cipa
» Serra Nova Dourada	» São Félix do Araguaia	» Ipiranga do Norte	» Alto Garças
» Nova Nazaré	» Alto Araguaia	» Guiratinga	» Vale de São
» Juruena	» Cotriguaçu	» Indiavaí	» Domingos
» Novo Santo Antônio	» Santa Terezinha	» Nova Olímpia	» Nortelândia
» Alto Boa Vista	» Vera	» Itanhangá	» Pontal do Araguaia
» Santa Carmem	» Alto Paraguai	» Barão de Melgaço	
» Colniza	» Nova Brasilândia	» Nova Marilândia	
» Araguainha	» Nova Monte Verde	» Paranaíta	
» Porto Alegre	» Denise	» Nova Lacerda	
» do Norte	» Cláudia	» Brasnorte	
	» Nova Maringá	» Novo Mundo	
		» Rondolândia	

PA

» São Félix do Xingu	» Porfírio	» Breves	» Afuá
» Ipixuna do Pará	» Pacajá	» Portel	» Aveiro
» Santa Maria das Barreiras	» Baião	» Santana do Araguaia	» Palestina do Pará
» Rurópolis	» Gurupá	» São João do Araguaia	» Brejo Grande do Araguaia
» Breu Branco	» Dom Eliseu	» Rondon do Pará	
» Curralinho	» Tailândia	» Medicilândia	
» Novo Repartimento	» Anajás	» Nova Ipixuna	
» Senador José	» Placas		
	» Oeiras do Pará		

PB

» Araçagi	» Aguiar	» Frei Martinho	» Montadas
» São José de Piranhas	» São José dos Ramos	» Boqueirão	» Lagoa Seca
» Cuitégi	» Alagoa Nova	» Bernardino Batista	» Ouro Velho
» São José da Lagoa Tapada	» Cachoeira dos Índios	» Marizópolis	» Serra da Raiz
» Tacima	» Baía da Traição	» Monte Horebe	» Assunção
» Cubati	» São Domingos	» Juarez Távora	» Brejo do Cruz
» Nazarezinho	» Aparecida	» Alagoinha	» Várzea
» Araruna	» Alcantil	» São Sebastião do Umbuzeiro	» Uiraúna
» Pedras de Fogo	» Rio Tinto	» Nova Floresta	» Pocinhos
» Taperoá	» Joca Claudino	» Gado Bravo	» Amparo
» Mãe d'Água	» São Miguel de Taipu	» Salgado de São Félix	» Zabelê
» Ingá	» São José dos Cordeiros	» Santa Teresinha	
» Lucena	» Juru	» São Mamede	
» Natuba	» Pedro Régis	» Bonito de Santa Fé	
» Teixeira		» Riacho dos Cavalos	
» Serraria			

PE

» Sirinhaém	» Salgadinho	» Agrestina	» Itaquitinga
» Tracunhaém	» São Benedito do Sul	» Catende	» Brejo da Madre de Deus
» Carnaubeira da Penha	» Itaíba	» Água Preta	» Gameleira
» Xexéu	» Glória do Goitá	» Tacaimbó	» Orocó
» Vicência	» Tupanatinga	» Iguaracy	» Jaqueira
» Maraial	» Quipapá	» São Joaquim do Monte	» Terezinha
» Inajá	» Ferreiros	» Angelim	» Joaquim Nabuco
» Lagoa do Carro	» Primavera	» Machados	
» Correntes	» Santa Maria da Boa Vista	» Vertente do Lério	
» Lagoa dos Gatos	» Casinhas	» Alagoinha	
» Barra de Guabiraba	» Pedra	» Mirandiba	
		» Vertentes	

PI

» São João da Varjota	» Cristalândia do Piauí	» São Luís do Piauí	» São Gonçalo do Gurguéia
» Luís Correia	» São Francisco do Piauí	» Currais	» Paes Landim
» Miguel Alves	» Betânia do Piauí	» Redenção do Gurguéia	» São Gonçalo do Piauí
» Luzilândia	» Curral Novo do Piauí	» Várzea Branca	» Jerumenha
» Acauã	» Bocaina	» Pau D'Arco do Piauí	» Bertolínia
» Bonfim do Piauí	» Colônia do Piauí	» Capitão Gervásio Oliveira	» Itaueira
» Júlio Borges	» Flores do Piauí	» Morro Cabeça no Tempo	» Campo Largo do Piauí
» Pavussu	» Francinópolis	» Boqueirão do Piauí	» Canto do Buriti
» Dirceu Arcoverde	» Francisco Santos	» Bom Princípio do Piauí	» Morro do Chapéu do Piauí
» Barro Duro	» Itainópolis	» Campo Alegre do Fidalgo	» Nova Santa Rita
» Jardim do Mulato	» Riacho Frio	» Brejo do Piauí	» Marcos Parente
» Sigefredo Pacheco	» Alvorada do Gurguéia	» Fartura do Piauí	» Caldeirão Grande do Piauí
» São José do Peixe	» Regeneração	» Batalha	
» Campinas do Piauí	» Palmeirais	» Hugo Napoleão	
» Anísio de Abreu	» Monte Alegre do Piauí	» Caraúbas do Piauí	
» Amarante	» Milton Brandão		
» Gilbués	» Barreiras do Piauí		
» Parnaguá			
» Massapê do Piauí			
» Cajueiro da Praia			

PR

» Bocaiúva do Sul	» Itaipulândia	» Foz do Jordão	» Rebouças
» Carambeí	» Cândói	» Entre Rios do Oeste	» Rio Bom
» Teixeira Soares	» Inácio Martins	» Curiúva	» Rio Bonito do Iguaçu
» Piraquara	» Paranapoema	» Floresta	» Engenheiro Beltrão
» Tamarana	» Virmond	» Ibema	» Planalto
» Almirante Tamandaré	» Amaporã	» Cruzeiro do Iguaçu	» Honório Serpa
» Alvorada do Sul	» Antonina	» Jussara	» Ourizona
» Cerro Azul	» São Pedro do Ivaí	» Lobato	» Santa Lúcia
» Contenda	» Pitangueiras	» Planaltina do Paraná	» Pinhal de São Bento
» Mariluz	» São João do Caiuá	» Bela Vista do Paraíso	» Guairaçá
» Reserva do Iguaçu	» Boa Ventura de São Roque	» Alto Paraná	» Doutor Camargo
» Colombo	» Congonhinhas	» Jaguapitã	» Tunas do Paraná
» Querência do Norte	» Cafeara	» Porto Amazonas	» Atalaia
» Ipiranga	» Ivaí	» Perobal	» Cruzmaltina
» Rancho Alegre D'Oeste	» Campo Magro	» Flórida	» São Manoel do Paraná
» Ventania	» Santo Antônio do Caiuá	» Jataizinho	
» Florestópolis	» Luiziana	» Jundiá do Sul	
» Goioxim	» Abatiá	» Paula Freitas	
		» Esperança Nova	

RJ

» Japeri	» Itatiaia	» Rio das Flores	» Comendador
» São Gonçalo	» Itaboraí	» Italva	Levy Gasparian
» Sumidouro	» Belford Roxo	» Mendes	» São José de Ubá
» Guapimirim	» Porto Real	» Cordeiro	
» Angra dos Reis	» Areal	» Paty do Alferes	
» Barra do Piraí	» Silva Jardim	» Porciúncula	
» Mesquita	» São Sebastião do Alto	» Trajano de Moraes	

RN

» Carnaubais	» Vila Flor	» Rafael Fernandes	» Coronel João Pessoa
» Monte Alegre	» Pedro Avelino	» Venha-Ver	» Tenente Ananias
» Touros	» Januário Cicco	» São Bento do Trairí	» Almino Afonso
» Ilmo Marinho	» Coronel Ezequiel	» Lagoa de Velhos	» Lucrécia
» Pureza	» Senador Georgino Avelino	» Serra Caiada	» Jaçanã
» Jardim de Angicos	» Porto do Mangue	» Paraú	
» Maxaranguape	» Nísia Floresta	» João Dias	
» Santa Maria	» Governador Dix-Sept Rosado	» Jundiá	
» Poço Branco			

RO

» Nova Mamoré	» Alto Paraíso	» Cujubim	» Campo Novo de Rondônia
» Machadinho D'Oeste	» Candeias do Jamari	» Cacaulândia	
» Vale do Anari	» Costa Marques		

RR

» Cantá	» São João da Baliza	» Alto Alegre	» Pacaraima
» São Luiz	» Bonfim	» Caroebe	» Iracema
» Amajari			

RS

» Charrua	» Imigrante	» Pejuçara	» Xangri-lá
» Eldorado do Sul	» Barão do Triunfo	» Tupandi	» Morro Redondo
» Capela de Santana	» Fagundes Varela	» Gentil	» Alto Feliz
» Mampituba	» Rosário do Sul	» Garibaldi	» Nova Esperança do Sul
» Capão do Leão	» Sagrada Família	» Porto Mauá	» Gramado Xavier
» Monte Alegre dos Campos	» Balneário Pinhal	» Estação	» Nicolau Vergueiro
» Novo Tiradentes	» Araricá	» Bossoroca	» Bom Princípio
» São Valério do Sul	» Bom Retiro do Sul	» Imbé	» Santa Cecília do Sul
» Herval	» Campinas do Sul	» Pedras Altas	» Humaitá
» Tuparendi	» Esmeralda	» Três Passos	» São Jorge
» Amaral Ferrador	» Pedro Osório	» Vale Real	» Quatro Irmãos
» Arambaré	» Hulha Negra	» Bom Jesus	» Pontão
» Jacuizinho	» Cerrito	» São Nicolau	» Muçum
» Bozano	» Vista Alegre	» Condor	

SC

» Monte Carlo	» Dionísio Cerqueira	» Rio Rufino	
» Campos Novos	» São Miguel da	» Irati	» Anitápolis
» Paulo Lopes	Boa Vista	» São João do Itaperiú	» Princesa
» Balneário Gaivota	» Guarujá do Sul	» Tunápolis	» Arvoredo
» Forquilha	» Nova Erechim	» Chapadão do Lageado	» Arroio Trinta
» Capão Alto	» Guaramirim	» Ibiam	» Coronel Martins
» Treze Tílias	» Capivari de Baixo	» Águas de Chapecó	» Cordilheira Alta
» Descanso	» Trombudo Central	» Pinheiro Preto	
» Belmonte	» Vargeão		
» Passo de Torres			

SE

» Pacatuba	» Carira	» Areia Branca	» Pirambu
» Rosário do Catete	» Riachuelo	» Pinhão	» Gracho Cardoso
» Gararu	» Laranjeiras	» Cumbe	» Poço Redondo
» Indiaroba		» Brejo Grande	» Amparo de São
» Barra dos Coqueiros			Francisco

SP

» Guará	» Novais	» Uchoa	» Avanhandava
» Chavantes	» Guarantã	» Várzea Paulista	» Aramina
» Miguelópolis	» Brodowski	» Arealva	» Pacaembu
» Piquete	» Serrana	» Aguai	» Rio Grande da Serra
» Araçariquama	» Taquaral	» Artur Nogueira	» Luizânia
» Guaíçara	» Morro Agudo	» Reginópolis	» Pontal
» Anhumas	» Herculândia	» Eldorado	» Coroados
» Guaraçaí	» Areópolis	»	» Palestina
» Oriente	» Cosmópolis	» Palmares Paulista	» Valentim Gentil
» Piquerobi	» Pradópolis	» Dobrada	» Glicério
» Roseira	» Cajobi	» Tuiuti	» Presidente Alves
» Buri	» Bom Sucesso	» Queluz	» Indaiaporã
» Porangaba	de Itararé	» Ibirarema	» Canitar
» Serra Negra	» Iacanga	» Clementina	» Piacatu
» Cravinhos	» Flórida Paulista	» São Pedro do Turvo	» Itaju
» Itapuí	» Paulo de Faria	» Anhembí	» Avaí
» Barrinha	» Ariranha	» Espírito Santo	» Embaúba
» São Vicente	» Salto Grande	do Turvo	» Catiguá
» Barbosa	» Lindóia	» Charqueada	» Iacri
» Tambaú	» Gália	» Potim	» Américo Brasiliense
» Caconde	» Jacupiranga	» Coronel Macedo	» Igarapó do Tietê
» Cardoso	» Iperó	» Santo Antônio	» Orindiúva
» Pereiras	» Borborema	do Aracanguá	» Tarabai
» Pitangueiras	» Nova Europa	» Castilho	» Nova Campina
» Itaí	» Boracéia	» Santa Lúcia	» Braúna
» Sarutaiá	» Itariri	» Itirapuã	» Ipuã
» Serra Azul	» Taciba	» Nova Castilho	» Itatiba
» Marabá Paulista	» Bananal	» Altair	» Manduri
» Rinópolis	» Ribeirão Bonito		

SP

» Motuca	» Álvaro de Carvalho	» Itobi	» Santo Expedito
» Guataporá	» Paulicéia	» Neves Paulista	» Nova Canaã Paulista
» Ubirajara	» Narandiba	» União Paulista	» Inúbia Paulista
» Colina	» Sagres	» Mariápolis	» Magda
» Bocaina	» Ubarana	» São João de Iracema	» Guzolândia
» São José da Bela Vista	» Cristais Paulista	» Aparecida d'Oeste	» Canas
» Pedrinhas Paulista	» Mira Estrela	» Analândia	» Santa Maria da Serra
» Cachoeira Paulista	» Sales Oliveira	» Trabiju	» Santa Cruz da Conceição
» Lucélia	» Potirendaba	» Nuporanga	» Elisiário
» Mirante do Paranapanema	» Riolândia	» Alambari	» Santana da Ponte Pensa
» Piracaia	» Pracinha	» Ipiguá	
» Monteiro Lobato	» Ribeirão Corrente	» Parisi	
» Bálsamo	» Bento de Abreu	» Nova Luzitânia	
» Pedreira	» Santo Anastácio	» Caiabu	
» Jambeiro	» Pontes Gestal	» Irapuã	
» Ferraz de Vasconcelos	» Rincão	» Sales	
	» Itapura	» Júlio Mesquita	
	» João Ramalho	» Dirce Reis	
	» Itirapina		

TO

» Novo Jardim	» Esperantina	» Araguaçu	» Ipueiras
» Pium	» Mateiros	» Filadélfia	» Buriti do Tocantins
» Ponte Alta do Bom Jesus	» Brasilândia do Tocantins	» Itaguatins	» Bandeirantes do Tocantins
» Lagoa do Tocantins	» Dois Irmãos do Tocantins	» Tupiratins	» Nova Olinda
» São Sebastião do Tocantins	» Sucupira	» Luzinópolis	» Rio da Conceição
» Paranã	» Taipas do Tocantins	» Ponte Alta do Tocantins	» Nova Rosalândia
» Monte do Carmo	» Cristalândia	» Campos Lindos	» Piraquê
» Conceição do Tocantins	» Taguatinga	» Aguiarnópolis	» Tupirama
» Tocantínia	» Centenário	» Presidente Kennedy	» Oliveira de Fátima
» Chapada da Natividade	» Santa Rita do Tocantins	» São Bento do Tocantins	» Pugmil
» Marianópolis do Tocantins	» Peixe	» Santa Maria do Tocantins	» Santa Terezinha do Tocantins
» Palmeiras do Tocantins	» Jaú do Tocantins	» Pau D'Arco	
	» Wanderlândia	» Brejinho de Nazaré	
	» Praia Norte	» Riachinho	
	» Palmeirante		

REFERÊNCIAS

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

_____. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Roteiro de levantamento**. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2018.

_____. _____. **Projeto Integrar**: propostas para o fortalecimento do controle externo de políticas públicas descentralizadas / Tribunal de Contas da União (TCU), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc), 2020. Disponível em: <<https://irbcontas.org.br>>. Acesso em: 22 out. 2021.

_____. _____. **Referencial para avaliação de governança multinível em políticas públicas descentralizadas** / Tribunal de Contas da União (TCU), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Brasília : TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc), 2021.

_____. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE-CE). **Relatório auditoria operacional transporte escolar**, 2015. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/downloads/Jurisdicionado/Fiscalizacao_Control/Auditoria_Operacional/1-FUNCAO-EDUCACAO-1_3-TRANSPORTE_ESCOLAR-AUD201500022015053050.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRÊTAS, J. R. S; MORAES, S. P. Preconceito e *bullying* no ambiente escolar. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 15, n. 1, 2020.

CASTELAR, P. U. de C.; MONTEIRO, V. B.; LAVOR, D. C. **Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no estado do Ceará**. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, v. 1, p. 33, 2012. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2012/UM_ESTUDO_SOBRE_CAUSAS_ABANDONO_ESCOLAR_PUBLICAS_ENSINO_MEDIO_CEARA_2o_lugar.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302007000300018&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DAVIS, C. L. F.; TARTUCE, G. L. B. P.; NUNES, M. M. R.; ALMEIDA, P. C. A.; SILVA, A. P. F.; COSTA, B. S. D. O.; SOUZA, J. C. Anos finais do ensino fundamental: aproximando-se da configuração atual. **Estudos e Pesquisas Educacionais**, nº 3, nov. 2012. São Paulo: Fundação Victor Civita. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/_uploads/_posts/7.pdf?190969169>. Acesso em: 22 set. 2020.

ELACQUA, G. **Educação baseada em evidências**: como saber o que funciona em educação. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/GATEWAY/Downloads/OK%20Instituto-Alfa-e-Beto_EBE_2015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/GATEWAY/Downloads/OK%20Instituto-Alfa-e-Beto_EBE_2015%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 de ago. 2020.

FERREIRA, E. B.; SILVA, M. R. Centralidade do ensino médio no contexto da nova “ordem e progresso”. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 139, p. 287-292, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302017000200287&lng=pt&nrm=i-so>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE); CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (CECATE); UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Guia do transporte escolar**. Aspectos regulatórios do transporte escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/131-transporte-escolar?start=18>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FRANCESCHINI, V. L.; MIRANDA-RIBEIRO, P. & GOMES, M. M. A cor da reprovação: fatores associados à reprovação dos alunos do ensino médio. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/ep/article/view/120645/117729>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FRANCO, M. G. O.; BAZON, M. R. Percurso e experiência escolar de adolescentes em conflito com a lei: trajetórias possíveis. **Educação em Revista**, v. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982019000100401&script=sci_arttext>. Acesso em: 9 set. 2020.

FREITAS, M. J. D. **Determinantes do abandono escolar nas escolas de ensino médio público do estado do Ceará**, 2017. 38 f. TCC (graduação em Finanças) - Universidade Federal do Ceará (UFC), Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33967>>. Acesso em: 9 set. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Panorama da distorção idade-série no Brasil**. Nova Iorque-Estados Unidos, 2018. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-distorcao-idade-serie-no-brasil>>. Acesso em: 2 out. 2020.

GARCIA, P. S.; AZEVEDO, G. R. & SOBRINHO, A. M. Um estudo sobre o fracasso escolar no ensino médio entre os anos de 2010, 2013 e 2016. 2019. **Revista Internacional D'Humanitats**, nº 45. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328492625_Um_estudo_sobre_o_fracasso_escolar_no_Ensino_Medio_entre_os_anos_de_2010_2013_e_2016>. Acesso em: 28 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono->>. Acesso em: 7 out. 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Educação 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 9 set. 2020.

INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL (IEDE). **Excelência com equidade no ensino médio: a dificuldade das redes de ensino para dar um suporte efetivo às escolas**. São Paulo: Iede, 2019. Disponível em: <https://www.portaliiede.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Excelencia_com_Equidade_Ensino_Medio_WEB.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Dicionário de indicadores educacionais**. Fórmulas de cálculo. Brasília, fev. 2004.

_____. Censo da educação básica 2019 – resumo técnico. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6874720>. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/relatorio_do_3o_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MARCHELLI, P. S. Educação, trabalho e vulnerabilidade social: reflexões sobre os jovens excluídos do ensino médio no Brasil. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 9, n. 19. Sergipe-RN, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/download/5601/4617>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Laboratório latino americano de evaluacion de la calidad de la educacion**. Informe de resultados. Tercer Estudio Regional Comparativo y Explicativo. Factores Asociados. Madri-Espanha, 2016. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243533>>. Acesso em: 4 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Country Note - Education at a Glance 2018: OECD Indicators. Paris-França, 2018. (Texto traduzido). Disponível em: <http://download.INEP.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. Brazil. Conceptual Model. Paris-França, 2019. (Texto traduzido).

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. de A. Determinantes da evasão e repetência escolar. In: **Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia**. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Fortaleza-CE, 2016. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.

SILVA, A. C.; MOTA, R. D.; LIMA, J. C.; QUEIROZ, F. C.; NORONHA, S. L. A influência da escolaridade dos pais e da renda familiar no desempenho dos candidatos do Enem. **XXXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2017. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_243_410_32201.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Em 10 anos, aprendizado adequado no ensino médio segue estagnado, apesar dos avanços no 5º ano do fundamental**, 2020. São Paulo. Disponível em: <<https://www.todospela-educacao.org.br/conteudo/meta-3-em-10-anos-aprendizado-adequado-ensino-medio-segue-estagnado-avancos-5-ano-fundamental>>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Relatório anual de acompanhamento do Educação Já! Balanço 2019 e perspectivas 2020. São Paulo: Todos Pela Educação, 2020**. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/ini-ciativa-educacao-ja>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO

Comitê Técnico da Rede Integrar

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Secretaria de Comunicação (Secom)

Serviço de Criação e Editoração (Secrid)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

SAFS Quadra 4 Lote 1

Edifício Sede

70.042-900, Brasília – DF

(61) 3527-7222

OUVIDORIA DO TCU

0800 644 1500

ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Senge/Segedam



MISSÃO

Aprimorar a administração pública
em benefício da sociedade por
meio do controle externo.

VISÃO

Ser preferência na promoção de
uma administração pública efetiva,
ética, ágil e responsável.

www.tcu.gov.br